

# ACABAR COM A **POBREZA** NA NOSSA GERAÇÃO

A visão da Save the Children para  
um quadro de trabalho após 2015



Save the Children



# ACABAR COM A **POBREZA** NA NOSSA GERAÇÃO

A visão da Save the Children para  
um quadro de trabalho após 2015



**Save the Children**

A Save the Children trabalha em mais de 120 países.  
Salvamos a vida das crianças. Lutamos pelos seus direitos.  
Ajudamo-las a desenvolverem o seu potencial.

Publicado por  
Save the Children  
1 St John's Lane  
London EC1M 4AR  
Reino Unido  
+44 (0)20 7012 6400  
[savethechildren.org.uk](http://savethechildren.org.uk)

Primeira edição 2012

© The Save the Children Fund 2012

O Save the Children Fund é uma instituição de beneficência registada em Inglaterra e País de Gales (213890) e na Escócia (SC039570). Sociedade registada N° 178159

Esta publicação tem direitos de autor, mas pode ser reproduzida por qualquer método sem pagamento de taxas ou permissão prévia para efeitos de ensino, mas não para revenda. Para efetuar cópias em quaisquer outras circunstâncias, terá de ser obtida uma autorização escrita do editor, e poderá haver lugar ao pagamento de uma taxa.

Tradução: Octávio Gameiro  
Revisão: Isabel Carvalho

Composição por Grasshopper Design Company

# ÍNDICE

<b>Síntese Executiva</b>	v
<b>Introdução</b>	1
Avançar com base nos pontos fortes dos ODMs	2
Terminar o trabalho	2
Resolver as limitações dos ODMs	2
Responder às mudanças e aos novos desafios	3
<b>I Terminar o trabalho: melhores resultados, progressos mais rápidos</b>	5
1 Reduzir as desigualdades	6
2 Aumentar a transparência e a prestação de contas	9
3 Sinergias e sistemas	9
4 Assegurar o acesso sem ser à custa dos resultados	10
5 Sustentabilidade ambiental	11
<b>2 Implantar os alicerces do desenvolvimento humano</b>	12
Objetivo 1: Até 2030 vamos erradicar a pobreza extrema e reduzir a pobreza relativa através do crescimento inclusivo e de condições laborais decentes	13
Objetivo 2: Até 2030 vamos erradicar a fome, reduzir a metade o atrofiamento e assegurar o acesso universal a comida, água e saneamento sustentáveis	16
Objetivo 3: Até 2030 vamos acabar com a mortalidade infantil e materna evitáveis e prestar cuidados básicos de saúde a todos	18
Objetivo 4: Até 2030 vamos assegurar que as crianças recebem em todo o lado uma educação de qualidade e que têm bons resultados em termos de aprendizagem	20
Objetivo 5: Até 2030 vamos assegurar que todas as crianças vivem uma vida livre de todas as formas de violência, são protegidas em situações de conflito e crescem num ambiente familiar seguro	22
Objetivo 6: Até 2030 a governação será mais aberta, responsável e inclusiva	24
<b>3 Criar ambientes solidários e sustentáveis</b>	26
Objetivo 7: Até 2030 teremos parcerias globais robustas para um uso maior e mais eficaz dos recursos financeiros	26
Objetivo 8: Até 2030 vamos construir sociedades resilientes às situações de desastre	27
Objetivo 9: Até 2030 vamos assegurar a todos um ambiente sustentável, saudável e resiliente	28
Objetivo 10: Até 2030 vamos providenciar energia sustentável a todos	30

<b>4 Apoio institucional e mecanismos capacitantes</b>	32
Financiamento e coerência de políticas para o desenvolvimento	32
Prestação de contas	33
Disponibilidade de dados	33
<b>5 A proposta da Save the Children para um quadro de trabalho após 2015</b>	34
<b>6 Conclusão – a visão da Save the Children</b>	41
<b>Notas</b>	42

# SÍNTESE EXECUTIVA

*“Superar a pobreza não é um exercício de caridade, é um ato de justiça. Tal como a escravidão e o apartheid, a pobreza não é natural. É produzida pelo homem e é possível superá-la e erradicá-la através da ação dos seres humanos. Cabe por vezes a uma geração ser grande. VOCÊS podem ser essa grande geração. Que a vossa grandeza floresça.”*

Nelson Mandela

Há um feito histórico ao nosso alcance. Podemos ser a geração que acabou de vez com a pobreza. Pela primeira vez, é viável imaginar que nas próximas décadas nenhuma criança venha a morrer de causas evitáveis, que todas as crianças frequentem a escola, que qualquer criança esteja protegida contra a violência e que erradiquemos a pobreza absoluta.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, um dos acordos mais unificadores e com maior eco na história política, atingem um ponto de viragem em 2015, o prazo limite para a sua concretização. Temos de usar de toda a nossa força para os alcançar, mas também de chegar a um acordo sobre o caminho a seguir quanto ao trabalho que ficará por realizar. Este relatório expõe a visão da Save the Children para um novo quadro de desenvolvimento com esse intuito, apoiando a criação de um mundo em que toda a gente em toda a parte realize os seus direitos humanos no espaço de uma geração.

Enquanto organização líder e independente para crianças, a Save the Children concentra-se em assegurar que o quadro de trabalho após 2015 responde claramente às necessidades e direitos de todas as crianças. Continuamos a advogar e a fazer campanha pela prossecução dos direitos das crianças, trabalhando a nível global e nacional. Os ODMs providenciaram um enquadramento essencial para gerir compromissos políticos e financeiros, bem como avanços técnicos para as crianças.

O quadro de desenvolvimento após 2015 proposto pela Save the Children promove um desenvolvimento universal e equitativo, tendo os direitos humanos como o seu princípio orientador e as evidências

como um alicerce das suas abordagens. Os princípios inerentes aos direitos humanos, como sejam a universalidade, a equidade e a inalienabilidade, devem alicerçar tudo o que venha a ser acordado. E, ao contrário do que sucedeu com os ODMs, estes princípios têm de ser visíveis nas metas estabelecidas. É agora altura de aspirarmos a nada menos do que:

- uma meta zero para a redução da pobreza absoluta
- uma meta zero para a fome
- uma meta zero para a mortalidade infantil e materna evitáveis
- uma meta zero para aqueles sem acesso a água potável e saneamento.

Os ODMs tiveram sucesso. Quem havia de pensar no final da Guerra Fria que, através da cooperação global, iríamos resgatar 600 milhões de pessoas da situação de pobreza? Ou que teríamos ajudado mais 56 milhões de crianças a frequentarem a escola? Ou que todos os dias mais 14.000 crianças escapariam à morte? Já percorremos um longo caminho – mas também há muito mais a percorrer. Tal implica recuar e analisar o que aprendemos, para assim podermos fazer ainda melhor no decurso do próximo período. Devemos basear-nos nos pontos fortes dos ODMs: o novo quadro deve permanecer firmemente centrado no desenvolvimento humano, deve realçar áreas onde o acordo internacional possa marcar a diferença, e deve manter um número limitado de objetivos mensuráveis. Mas para terminar o trabalho que foi iniciado – cumprir a promessa de erradicar a pobreza – precisamos de enfrentar alguns dos desafios que conseguimos agora entender a partir do período dos ODMs.

Acima de tudo, os ODMs não confrontam de modo consistente a desigualdade, seja esta devida à idade, ao género, à casta, à deficiência, à geografia ou devida ao rendimento. O nosso recente relatório Iguais à Nascimento revelou, de um modo chocante, que em 32 países em desenvolvimento, uma criança nos 10% de agregados familiares mais ricos tem 35 vezes mais rendimento efetivo disponível do que uma criança nos 10% de agregados familiares mais pobres. A abordagem dos ODMs assente no fracionamento de metas encorajou muitos países a concentrarem-se naqueles a quem é mais fácil chegar, resultando em que as pessoas que estavam mais próximas de sair da pobreza beneficiaram por vezes de um modo desproporcionado do acesso melhorado a esses serviços, e que o fosso entre este grupo e as pessoas verdadeiramente mais pobres se acentuou inadvertidamente – ao mesmo tempo que o fosso entre o grupo mais rico da sociedade e o mais pobre também ficou cada vez mais escavado. Se não conseguirmos focar agora a nossa atenção nos mais pobres, nos mais marginalizados, nos mais vulneráveis – e ao mesmo tempo não conseguirmos pôr em causa a escala de diferenciações entre os grupos mais favorecidos e os menos favorecidos – o novo quadro terá apenas um impacto limitado.

Em segundo lugar, a prestação de contas é crucial para o desenvolvimento global. Uma promessa só tem sentido se for mantida e se aqueles que a fazem puderem ser por ela responsabilizados. Mas tem faltado ao quadro dos ODMs um mecanismo robusto e eficaz de prestação de contas, dificultando o assegurar do cumprimento (ou pelo contrário) dos compromissos de um modo transparente. Isto por sua vez tem implicado que os progressos sejam inconsistentes. Os países que revelam vontade política aplicam os recursos que asseguram a sua implementação, mas aqueles que não revelam tal vontade não são adequadamente responsabilizados. Precisamos de mecanismos de prestação de contas bastante melhores, e também precisamos de investir na recolha de dados que lhes confirmam informação.

De seguida, precisamos de prestar atenção às sinergias e aos sistemas. Muitas das questões de desenvolvimento estão interligadas entre si de um modo inextricável. Uma criança faminta não aprenderá muito na escola, e não ficará lá o tempo suficiente para beneficiar da mesma, caso tenha de trabalhar para pagar os cuidados de saúde de um pai doente, ou se for vítima de violência. A estrutura dos ODMs poderá ter exacerbado a

tendência para criar barreiras e ineficiências em países em desenvolvimento sob pressão, ao abordar apenas uma faceta de cada vez das várias áreas do desenvolvimento humano. Talvez tenha sido necessário concentrarem-se por vezes num único aspeto para atingirem resultados imediatos. Contudo, terminar o trabalho vai exigir uma abordagem holística que reforce os sistemas de modo a melhorar os resultados do desenvolvimento humano.

Em quarto lugar, os ODMs colocaram necessariamente uma grande ênfase na ampliação do grau de cobertura de um dado serviço e no facto de o mesmo abranger mais pessoas. Os baixos níveis de cobertura de há umas décadas atrás tornaram esta abordagem sensata. Contudo, esta encobriu outros problemas emergentes. O acesso muito difundido a um serviço não significa que os objetivos desse serviço estejam a ser cumpridos se nos limitarmos a analisar os registos de entrada e não os resultados finais. Trata-se de um problema que talvez se manifeste mais claramente na educação. Os ODMs mediam os números de crianças que se matriculavam na escola primária. Todavia, o sucesso em colocar as crianças na escola por vezes esconde o fracasso em aprenderem uma vez lá chegadas.

E por fim, desde 2000 que pouco se tem conseguido quanto à melhoria da sustentabilidade a longo prazo dos recursos naturais básicos, apesar de a saúde humana e a prosperidade dependerem destes. Sabe-se atualmente muito mais sobre a sustentabilidade ambiental do que na viragem do milénio. Os ODMs não abordaram a sustentabilidade de um modo sério, mas esta deve escorar o novo consenso em torno do desenvolvimento.

Estes desafios podem ser enfrentados, devendo ser integrados ao longo de todos os objetivos deste novo quadro de trabalho. Há também princípios importantes que determinam a escolha dos próprios objetivos. O próximo quadro de desenvolvimento tem de manter um enfoque claro e inequívoco na redução da pobreza, acelerando as ações que melhorem a qualidade de vida das pessoas mais pobres e mais marginalizadas do mundo. A Save the Children acredita que os objetivos referentes à pobreza, à fome, à saúde, à educação, à proteção contra a violência e à governação deverão ter supremacia, apoiados em objetivos que fomentem um ambiente solidário e sustentável para o desenvolvimento humano. São objetivos comuns para todos os países, mas as questões específicas no seio destes objetivos comuns aplicam-se de modo diferente a países em diferentes



estados de desenvolvimento – por isso propomos uma responsabilidade comum mas diferenciada na prossecução dos objetivos, em que cada país decide sobre o melhor modo de os alcançar.

Propomos os seguintes seis objetivos para o novo quadro de trabalho, para implantar os alicerces do desenvolvimento humano:

**Objetivo 1: Até 2030 vamos erradicar a pobreza extrema e reduzir a pobreza relativa através do crescimento inclusivo e de condições laborais decentes**

**Objetivo 2: Até 2030 vamos erradicar a fome, reduzir a metade o atrofamento e assegurar o acesso universal a comida, água e saneamento sustentáveis**

**Objetivo 3: Até 2030 vamos acabar com a mortalidade infantil e materna evitáveis e prestar cuidados básicos de saúde a todos**

**Objetivo 4: Até 2030 vamos assegurar que as crianças recebem em todo o lado uma educação de qualidade e que têm bons resultados em termos de aprendizagem**

**Objetivo 5: Até 2030 vamos assegurar que todas as crianças vivem uma vida livre de todas as formas de violência, são protegidas em situações de conflito e crescem num ambiente familiar seguro**

**Objetivo 6: Até 2030 a governação será mais aberta, responsável e inclusiva**

Para providenciar um ambiente solidário para com estes objetivos propomos mais quatro:

Objetivo 7: Até 2030 vamos estabelecer parcerias globais eficazes para o desenvolvimento

Objetivo 8: Até 2030 vamos construir sociedades resilientes às situações de desastre

Objetivo 9: Até 2030 vamos assegurar a todos um ambiente sustentável, saudável e resiliente

Objetivo 10: Até 2030 vamos providenciar energia sustentável a todos

Os dez objetivos de desenvolvimento precisam de ser incorporados nos sistemas globais que vão agilizar a sua concretização. Propomos três mecanismos de acompanhamento para providenciar este tipo de apoio: estratégias de financiamento nacionais; um mecanismo internacional de prestação de contas que seja robusto; e um fundo de investimento na recolha de dados. É claro que o debate sobre o quadro de trabalho que vai substituir os ODMs está numa fase inicial, e que avançamos com estas propostas como um contributo para uma conversa global participada, e não como um texto final. Estamos ansiosos por colaborar com outros no aperfeiçoamento da nossa reflexão e em desenvolver uma abordagem combinada.

À medida que 2015 se aproxima, devemos vivenciar um profundo sentido quer de obrigação quer de oportunidade. No ano 2000, a comunidade internacional comprometeu-se com uma mudança dramática. Fizemos a maior promessa do mundo à sua população mais pobre, de que combateríamos a pobreza absoluta, a mortalidade infantil, a fome – e essa promessa encontra-se apenas parcialmente cumprida. Precisamos de renovar e alargar a promessa. Pela primeira vez na história da humanidade é concebível podermos acabar com as mortes infantis evitáveis, erradicar a fome e libertar para sempre o mundo do escândalo da pobreza absoluta. Mas para o fazermos vai ser preciso mais do que o funcionamento habitual; vai exigir um enfoque decisivo não naqueles que são fáceis de alcançar, mas sim nos que são mais difíceis de ajudar. Vai também exigir um enfoque nalguns dos desafios mais difusos e refratários do desenvolvimento. Se estivermos dispostos a assumir o desafio, então podemos ser a geração que acaba para sempre com estas injustiças antiquíssimas.

# INTRODUÇÃO

*“Temos uma responsabilidade coletiva de defender a nível global os princípios da dignidade humana, da igualdade e da equidade. Enquanto líderes temos por conseguinte um dever para com todas as pessoas do mundo, especialmente para com as mais vulneráveis e, em particular, para com as crianças do mundo, a quem o futuro pertence.”*

Declaração do Milénio

Desde o ano 2000 que os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) providenciaram um quadro global histórico para melhorar a vida de milhões de crianças, mulheres e homens pobres. Aproxima-se o prazo limite de 2015 para a sua concretização. Ao mesmo tempo que trabalhamos o mais possível na reta final para os alcançar, temos também de assegurar que chegamos a acordo quanto ao caminho a seguir em termos do trabalho que permanece após 2015. Este relatório expõe a visão da Save the Children para um novo quadro de trabalho que substitua os ODMs.

Estamos num momento crítico da história mundial. Atualmente, temos pela primeira vez a oportunidade de proceder a uma série de avanços significativos no desenvolvimento humano. Desde que sejam assumidos compromissos firmes para acelerar o progresso, é realista acreditarmos que no decurso das próximas décadas podemos ansiar por um mundo onde nenhuma criança morrerá de causas evitáveis, em que todas as crianças frequentarão a escola, em que qualquer criança estará protegida contra a violência e em que erradicaremos a pobreza absoluta. O quadro da Save the Children demonstra o modo como esta visão se pode tornar realidade, apoiando a criação de um mundo em que toda a gente em toda a parte realize os seus direitos humanos no espaço de uma geração.

A história das metas globais é longa, e a lista de sucessos é curta. Mas os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio sobressaem como um dos acordos políticos mais unificadores e com

maior eco alguma vez alcançados. No final da Guerra Fria quem havia de pensar que dentro de menos de 25 anos, através da cooperação global, iríamos resgatar 600 milhões de pessoas da situação de pobreza? Ou que teríamos ajudado mais 56 milhões de crianças a frequentarem a escola, e reduzido substancialmente o fosso entre rapazes e raparigas nas matrículas do ensino primário? Ou que todos os dias morreriam menos 14.000 crianças?

Em algumas áreas o progresso continua a acelerar. Em 2011, morreram menos 700.000 crianças do que no ano anterior – a maior quebra anual na mortalidade infantil desde sempre. Mas em outras áreas os números são menos impressionantes. O progresso na redução da fome, por exemplo, estagnou em muitas regiões. Não obstante, a avaliação geral é positiva: “a taxa de progresso na redução da pobreza, e o acesso crescente a serviços básicos de saúde, à educação, à água e a outros serviços essenciais não tem paralelo na história de muitos países.”<sup>1</sup>

Os ODMs impulsionaram o progresso ao fazerem com que o compromisso político e o investimento seguissem os canais competentes quer nos países doadores quer nos países beneficiários. Tal como nos mostra o estudo de referência da década de 1990, *Development with a Human Face*, a vontade política é provavelmente o impulsionador específico mais forte em termos de progresso do desenvolvimento, essencial para apoiar o esforço continuado, mesmo quando ocorrem possíveis mudanças de governo.<sup>2</sup> Durante o período de vigência dos ODMs, o desenvolvimento em países específicos foi frequentemente impulsionado pelo empenhamento numa área específica – a nutrição e a redução da pobreza no Brasil, a educação na Etiópia, ou a redução das mortes infantis no Bangladesh. O investimento também foi crucial, com o investimento em desenvolvimento a crescer substancialmente durante o período dos ODMs. A ajuda global subiu de 72 mil milhões de dólares para 133 mil milhões de dólares entre 2000 e 2011,<sup>3</sup> e foi atribuída uma proporção mais elevada a países e pessoas mais

pobres. Também cresceram os níveis absolutos de investimento interno em saúde e educação.<sup>4</sup>

Em última análise, os ODMs tratam de conseguir provocar mudanças reais na vida das pessoas. Eis aqui as histórias contrastantes de duas crianças, encerrando ambas o quanto avançamos e o quanto nos falta ainda alcançar.

A Martha, de 15 anos, do Peru, costumava cavar batatas nos campos, mas agora anda na escola, a trabalhar para realizar o sonho de ser enfermeira. “Por eu andar a estudar, já não vamos sofrer mais,” disse ela.

A Samrawit, de 9 anos, é da Etiópia. A mãe dela trabalha muitas horas a recolher lixo, mas a família continua a não ter dinheiro que chegue para irem ao hospital se ficarem doentes, ou até mesmo para comprarem pão. A Samrawit descreve a sua vida como “abaixo de toda a gente”. Diz que se sente envergonhada. “Quero conseguir construir uma casa para a minha família onde não haja lixo nem maus cheiros,” disse ela. “Quero poder comprar o que quiser para a minha família e ajudar os meus vizinhos.” Mas devido à pobreza da família, parece improvável que os sonhos da Samrawit se venham a realizar.

Analisadas em conjunto, as histórias da Martha e da Samrawit ilustram não só os progressos que realizámos, como também os milhões de pessoas que ficaram esquecidas. A comunidade global impôs a si própria o prazo limite de 2015 para os ODMs. Chegou agora a altura de perguntar, “O que se segue?” Se o objetivo dos ODMs era acelerar o progresso, o objetivo do novo quadro de trabalho tem de ser terminar o trabalho. A construção desse novo quadro obriga-nos a recuar e a analisar o que aprendemos, para podermos fazer ainda melhor no decurso do próximo período.

## AVANÇAR COM BASE NOS PONTOS FORTES DOS ODMs

Passado mais de uma década, os ODMs ainda constam da agenda global, são reconhecidos e ativamente prosseguidos pelos governos e são parte substancial do diálogo em torno do desenvolvimento. Numa entrevista com funcionários da Save the Children é afirmado que “nos países ocidentais e ao lidarmos com políticos de alto nível de países em desenvolvimento, os ODMs são o mais importante ponto de referência que utilizamos nas nossas ações de advocacia e, por

*comparação com o passado, são provavelmente o quadro de trabalho mais eficaz... usado para impulsionar e pressionar para atingir alguns objetivos.”<sup>5</sup>*

É essencial que o novo quadro de trabalho mantenha os pontos fortes dos ODMs. Tem de se manter focado em acabar com a pobreza e em promover o desenvolvimento humano. Tem de realçar as áreas onde um acordo internacional pode marcar a diferença. E – dado que a simplicidade dos ODMs foi um fator essencial da sua longevidade – o novo quadro tem de manter um número limitado de objetivos específicos, calendarizados e mensuráveis.

Mas, para nos ajudar a realizar os direitos humanos de toda a gente no espaço de uma geração, o novo quadro de trabalho precisará de ir mais longe do que os ODMs. Deve basear-se nos princípios dos direitos humanos e da criança, e precisará de se basear nos pontos fortes do passado de três maneiras.

## TERMINAR O TRABALHO

O Secretário-Geral da ONU declarou que “quando os ODMs foram primeiramente enunciados, sabíamos que, num certo sentido, alcançá-los seria apenas metade do trabalho.” Embora o quadro de trabalho dos ODMs selecionasse muitas das questões mais importantes do desenvolvimento, as suas metas tendiam a ser fracionadas – *reduzir em metade a pobreza absoluta, reduzir a mortalidade abaixo dos cinco anos em dois terços, ou reduzir a mortalidade materna em três quartos.*

Mas atualmente, pela primeira vez na história, o mundo chegou a um ponto em que são possíveis uma série de avanços em grande escala. Podemos planear não só cumprir os ODMs num futuro previsível, mas também completar a outra ‘metade do trabalho’. Com um compromisso firme para acelerar o progresso é viável que nas próximas décadas nenhuma criança venha a morrer de causas evitáveis, que todas as crianças frequentem a escola e que erradiquemos a pobreza absoluta.

## RESOLVER AS LIMITAÇÕES DOS ODMs

Para terminar o trabalho vamos precisar de resolver as várias limitações dos ODMs. Acima de tudo, os ODMs não confrontam de modo consistente a desigualdade. A abordagem dos ODMs com base em metas fracionadas encorajou em muitos países um enfoque

naqueles que são mais fáceis de alcançar. As pessoas que estavam mesmo abaixo da linha de pobreza beneficiaram por vezes desproporcionadamente de um acesso melhorado a serviços como os cuidados de saúde ou o saneamento, por comparação com as pessoas de facto mais pobres; o fosso entre estes dois grupos acentuou-se inadvertidamente – ao mesmo tempo que o fosso entre o grupo mais rico e o mais pobre da sociedade também cresceu. De modo similar, muitos dos objetivos atuais não conseguem reconhecer a discriminação persistente contra as mulheres e as raparigas (o que continua a retardar o progresso social e económico) e contra os grupos estruturalmente desfavorecidos. Se o novo quadro não conseguir focar a nossa atenção nos mais pobres, nos mais marginalizados, nos mais vulneráveis – e ao mesmo tempo não conseguir pôr em causa os fossos enormes e crescentes entre os grupos mais favorecidos e os menos favorecidos – então este novo quadro não nos levará muito longe.

Em segundo lugar, os incentivos para que se alcancem os ODMs têm sido fracos. Para incentivar um maior progresso, da próxima vez haverá necessidade de mecanismos mais fortes de prestação de contas, a nível local, nacional e global.

Em terceiro lugar, os ODMs são insensíveis ao impacto massivo de todas as formas de violência – da violência familiar e sexual à guerra – sobre a vida de crianças e adultos, e sobre a redução da pobreza. O novo quadro tem de dar mais em atenção à proteção contra a violência.

Em quarto lugar, os ODMs tenderam a encorajar uma abordagem do desenvolvimento assente em compartimentos estanques ou em setores específicos. Tal levou a que especialistas e promotores trabalhassem somente no interior dos seus setores para lidarem com problemas específicos, sem fazerem o balanço das interligações setoriais, ou sem encorajarem sistemas de desenvolvimento holísticos e eficientes. Os fatores sociais, que afetam o cumprimento de muitos dos ODMs, também podem ser melhor abordados através do reconhecimento e da alavancagem dessas interligações.

E em quinto lugar, ao concentrarem-se no acesso aos serviços, mas prestando frequentemente pouca atenção aos resultados, os ODMs não conseguiram conferir profundidade ao efeito geral. É particularmente esse o caso no setor do ensino onde a taxa de matrículas foi alcançada à custa do índice de literacia e de outros resultados da aprendizagem.

## RESPONDER ÀS MUDANÇAS E AOS NOVOS DESAFIOS

É claro que o mundo não ficou parado desde 2000. A distribuição da pobreza, por exemplo, modificou-se de uma maneira fundamental. As novas estimativas indicam que três quartos das 1,3 mil milhões de pessoas que vivem no mundo com rendimentos de pobreza o fazem atualmente em países de rendimento médio (PRMs), enquanto em 1990, 93% deste grupo vivia em países de baixo rendimento (PBRs).<sup>6</sup> Além disso, o mundo confrontou-se recentemente com uma crise financeira e económica sem precedentes. E a necessidade de um crescimento que não seja nocivo para o planeta tornou-se mais evidente que nunca.

A ordem mundial modificou-se e continua a modificar-se. Estão a emergir novos centros globais de poder. O número de pessoas a viver em cidades é muito maior. A natureza dos conflitos alterou-se. A ajuda tornou-se menos central para o desenvolvimento, e cresceram as trocas comerciais e o investimento entre países em desenvolvimento. A tecnologia alterou o modo como é conduzida a política, e há mais nações que se tornam mais democráticas. 2015 é de facto uma época muito diferente de 2000.

Neste mundo em mudança, a desigualdade crescente é outro dos conflitos novos e poderosos. Estima-se que os 5% mais ricos da população mundial detenham mais de 37% do rendimento global, ao passo que os 5% mais pobres detêm menos de 0,2%. O rendimento dos 1,75% mais ricos da população mundial corresponde ao rendimento dos 77% mais pobres.<sup>7</sup> Como confirmam os investigadores do Fundo Monetário Internacional, a desigualdade constitui um obstáculo fundamental ao crescimento económico sustentado.<sup>8</sup>

O relatório *Iguais à Nascimento* da Save the Children demonstra que a desigualdade é especialmente nociva para o bem-estar e o desenvolvimento infantis. Numa análise de 32 países de rendimento médio e baixo, descobrimos que uma criança nos 10% de agregados familiares mais ricos tem 35 vezes mais rendimento efetivo disponível (RED) do que uma criança nos 10% de agregados familiares mais pobres.<sup>9</sup> Este número piorou com o tempo e implica que as crianças mais ricas têm oportunidades imensamente melhores para acederem e disporem de serviços essenciais. Nos países com uma desigualdade de rendimentos elevada os efeitos são claramente evidentes: na Nigéria, por exemplo, as taxas de mortalidade para as crianças

mais pobres são mais do dobro do valor que entre as crianças mais ricas.

À medida que 2015 se aproxima, devemos vivenciar um profundo sentido quer de obrigação quer de oportunidade. No ano 2000, a comunidade internacional comprometeu-se com uma mudança dramática. Fizemos a maior promessa do mundo à população mais pobre, de que combateríamos a pobreza absoluta, a mortalidade infantil e a fome.

Essa promessa encontra-se apenas parcialmente cumprida. Uma vez que alguns dos ODMs não vão ser cumpridos dentro do prazo, precisamos de renovar essa promessa e de a realizar em seguida. Pela primeira vez na história da humanidade é concebível que possamos acabar com as mortes infantis evitáveis, erradicar a fome e libertar para sempre o mundo do escândalo da pobreza absoluta.

Mas para o fazermos vai ser preciso mais do que o funcionamento habitual; vai exigir um enfoque decisivo não naqueles que são relativamente fáceis de alcançar, mas sim nos que são mais difíceis de ajudar. Vai também exigir um enfoque nalguns dos desafios mais difusos e refratários ao desenvolvimento – por exemplo, como impulsionar o crescimento económico gerindo ao mesmo tempo o ambiente de um modo responsável e prevenindo uma desigualdade crescente; como salvaguardar os direitos dos povos nos estados mais frágeis; e como combater as convenções sociais prevaletentes que muitas vezes deixam as mulheres e as raparigas no fundo da fila das oportunidades sociais e económicas. Se estivermos dispostos a assumir o desafio, o prémio potencial será enorme. Podemos ser a geração que acaba para sempre com estas injustiças antiquíssimas.

# I TERMINAR O TRABALHO: MELHORES RESULTADOS, PROGRESSOS MAIS RÁPIDOS

Nada tem mais poder de conquistar a confiança da população num governo, do que ver os governos cumprirem as suas promessas. Esta é uma das razões pelas quais o mundo não precisa apenas de cumprir o primeiro conjunto de promessas feitas na vigência dos ODMs e é também a razão pela qual o quadro de trabalho após 2015 precisa de cumprir a promessa de erradicar a pobreza extrema e de assegurar que as pessoas mais pobres e mais marginalizadas têm a possibilidade de acederem ao ensino, aos serviços de saúde básicos, à água potável e ao saneamento, e a outros recursos básicos necessários para o bem-estar humano.

É chegada agora a altura de terminar o trabalho que iniciámos. Devemos aspirar a nada menos do que;

- uma meta zero para a pobreza extrema em termos de rendimento (recorrendo às definições globais de pessoas que vivem com menos de \$1,25 por dia e, subsequentemente, de \$2 por dia)
- uma meta zero para a fome
- uma meta zero para a mortalidade infantil e materna evitáveis
- uma meta zero para pessoas sem acesso a água potável e a saneamento.

Avançou-se bastante na prossecução dos ODMs. Estamos em vias de alcançar, ou de quase alcançar, o ODM referente à pobreza em termos de rendimento. O mundo está também cada vez mais próximo de alcançar a universalidade da matrícula no ensino primário, com mais de 90% de crianças no mundo inteiro matriculadas, das quais quase 50% são raparigas. Há notícias ainda melhores de muitos países que enfrentam os maiores desafios e que fizeram progressos significativos no sentido de alcançarem a meta do ensino primário – com as taxas de matrícula na África subsaariana a ascenderem a 76%, partindo de uma base bastante mais baixa de 58%.

Contudo, as atuais taxas de progresso na prossecução dos ODMs não atingem as metas nalgumas áreas. Embora tenhamos feito progressos na mortalidade infantil (a mortalidade dos menores de cinco anos caiu dos 12 milhões em 1990 para 6,9 milhões em 2011) e no combate ao VIH, continua a haver uma distância considerável a percorrer. No combate à fome e à mortalidade materna, e na oferta de saneamento, estamos ainda mais atrasados.

Apesar de os ODMs terem sido louvados pelas suas realizações, também foram objeto de críticas. O seu êxito talvez radique na sua relativa simplicidade e enfoque, ao comunicar a ideia abstrata de responsabilidade global na erradicação da pobreza. Mas esta simplicidade também reflete compromissos e deixa de fora muitas das dimensões de um desenvolvimento que é inerentemente complexo – por exemplo, as questões da paz e segurança, e da proteção da criança.

Embora os ODMs se preocupem fundamentalmente com a prossecução dos direitos das pessoas, estes não se encontram enquadrados na linguagem dos direitos humanos. Também isto atraiu comentários e algumas críticas. Manifestamente, as metas dos ODMs de atingir, digamos metade ou dois terços das pessoas, ficam aquém das obrigações estatais pré-existentes em termos de normas dos direitos humanos.

É provável que as maiores deficiências digam respeito ao último ODM, que promete uma parceria global para o desenvolvimento. Houve progressos nalgumas áreas, como a sustentabilidade das dívidas e o acesso a medicamentos e tecnologias essenciais, ainda que os melhoramentos nestas duas últimas áreas não tenham sido impulsionados por uma política global sistemática. Mas houve poucos progressos em outras áreas importantes, como as mudanças nos sistemas financeiros e de trocas comerciais que favoreçam o desenvolvimento. Os compromissos referentes ao ODM 8 eram muito mais vagos e

muito menos mensuráveis do que em outros ODMs, particularmente quando se referiam a questões mais sistêmicas – refletindo provavelmente a dificuldade inerente ao sistema internacional de criar processos de prestação de contas quando as partes interessadas são mais poderosas. Embora boa parte do desenvolvimento diga claramente respeito a ações no seio dos países em desenvolvimento, existem também aspetos cruciais (para além da ajuda) em que a comunidade global precisa de contribuir. A ajuda internacional aumentou, mas noutros campos os países mais ricos não desempenharam o seu papel.

Todas estas questões são transponíveis, e no próximo quadro de desenvolvimento vamos precisar de fazer melhor e mais depressa. Podemos acelerar o progresso mobilizando a vontade política e o apoio público, e seguindo as evidências daquilo que funciona, mas para o fazermos vamos ter de nos assegurar que o novo quadro de trabalho se encontra firmemente focado. Não se pode tornar numa lista infundável de todas as questões que afetam as pessoas pobres – a história dos acordos internacionais mostra-nos que uma lista deste género teria muito menos capacidade de motivar mudanças reais. Em vez disso, ao estabelecermos objetivos claramente definidos, focados e ambiciosos, que reflitam as preocupações de mulheres, homens e crianças pobres e marginalizadas, conseguimos captar da mesma forma a imaginação dos líderes e do público. Nada consegue ser mais irresistível do que pertencer à geração que subscreveu uma visão coletiva e avançou, erradicando a pobreza absoluta e salvando a vida de milhões de pessoas nas gerações futuras.

Atualmente, pela primeira vez, é viável a concretização desta visão. Tomemos em consideração, por exemplo, o objetivo de combater a pobreza absoluta (ver página 13). Segundo as tendências atuais, cerca de 4% da população terão rendimentos de pobreza absoluta em 2030; mas se houver um crescimento ligeiramente mais rápido e mais inclusivo podíamos chegar a zero, erradicando a pobreza absoluta no mundo inteiro.

Também podemos acelerar o progresso se agirmos a partir daquilo que aprendemos com a implementação do quadro dos ODMs, e se prestarmos mais atenção aos quatro temas transversais que afetam todos os objetivos:

- a desigualdade
- a prestação de contas
- assegurar que o acesso não compromete os resultados
- reforçar os sistemas.

No enquadramento futuro, cada um destes temas precisará de ser considerado em cada um dos objetivos. A referência explícita aos temas deve constar das metas e indicadores dos objetivos – por exemplo, através de uma medida da desigualdade de rendimento.

Será igualmente crucial conferir uma melhor atenção à sustentabilidade ambiental, que é um suporte do desenvolvimento humano. Deve ser tratada através de um objetivo claro e exequível relativo a um ambiente sustentável e saudável.

## I REDUZIR AS DESIGUALDADES

A desigualdade é extrema e está a piorar. Os 5% mais ricos da população mundial controlam mais de 37% do rendimento global, enquanto os 5% mais pobres detêm menos de 0.2%.<sup>1</sup> Um estudo recente que analisa as tendências globais em termos de desigualdade de rendimento em mais de 80 países, entre 1993 e 2005, deu conta de uma tendência ascendente na desigualdade no interior dos países.<sup>2</sup> De acordo com o Economista-Chefe do Asian Development Bank, Changyong Rhee, “teria sido possível resgatar mais 240 milhões de pessoas da pobreza no decurso dos últimos 20 anos se a desigualdade se tivesse mantido estável em vez de ter aumentado como foi o caso desde a década de 1990.”

A desigualdade afeta as crianças de uma maneira desproporcionada. Uma pesquisa recente da Save the Children em 32 países, sobretudo países em desenvolvimento, descobriu que o rendimento do agregado familiar por criança nos 10% de agregados familiares mais ricos é 35 vezes maior do que nos 10% de agregados familiares mais pobres; desde o início dos ODMs este fosso aumentou em um terço.<sup>3</sup> As desigualdades de rendimento comprometem a saúde e o desenvolvimento das crianças. Na Nigéria, por exemplo, onde a desigualdade de rendimento é muito elevada, as taxas de mortalidade entre as crianças mais pobres é mais de o dobro do que as taxas entre as crianças mais ricas.

A desigualdade também ocorre entre os diferentes grupos sociais (e.g., grupos de género, etários ou etno-linguísticos). Dois terços dos adultos analfabetos no mundo são mulheres; algo que não sofreu alterações durante décadas. As populações indígenas em todo o mundo têm uma esperança de vida inferior à da população em geral. A desigualdade torna as crianças mais vulneráveis à violência e a discriminação com base no género aumenta a probabilidade de

as raparigas casarem em idade jovem. As crianças portadoras de deficiências correm mais riscos de violência sexual.

Contudo, também há boas notícias; a desigualdade de rendimento pode ser contrariada. No Brasil, por exemplo, ao longo da última década e tal os rendimentos dos 20% mais pobres cresceram 6% ao ano, três vezes mais do que o rendimento dos 20% mais ricos. Simultaneamente, a pobreza absoluta decresceu de um modo dramático.<sup>4</sup> Na China, as estratégias de desenvolvimento regional ajudaram a harmonizar as desigualdades entre as regiões ocidentais, centrais e do nordeste mais desfavorecidas e as regiões mais ricas do sudeste.<sup>5</sup>

A redução de desigualdades (através de políticas sociais e económicas que partilhem de uma maneira mais uniforme os benefícios do desenvolvimento e combatam a discriminação subjacente) é uma das estratégias mais eficazes para acelerar as taxas nacionais de progresso, e trata-se de uma estratégia eficaz para chegar junto daqueles que são mais excluídos e mais marginalizados.<sup>6</sup> No entanto, os ODMs pouco têm a dizer sobre este desafio. O ODM 3 mede a paridade de género no ensino, a percentagem de mulheres em empregos pagos e a proporção de lugares detidos por mulheres nos parlamentos nacionais. Fora destes aspetos, a desigualdade e a discriminação não são mencionadas. É essencial enfrentar este desafio no novo quadro de trabalho.

O combate à desigualdade é essencialmente importante por duas razões. Primeiramente, para concretizarmos a ambição histórica de erradicar a pobreza absoluta em todas as suas dimensões, precisamos de nos focarmos bastante mais naqueles que são mais difíceis de ajudar. Em segundo lugar, a desigualdade é em si mesma significativa para um desenvolvimento saudável do mundo. A desigualdade flagrante constitui um entrave quer ao crescimento económico quer ao progresso do bem-estar humano, e, tal como é abordado a seguir, prejudica o sentimento de autoestima das crianças, o que por sua vez pode comprometer o seu desenvolvimento ao longo da vida.

### ACCELERAR O PROGRESSO – VISANDO A DESIGUALDADE

Dado que os ODMs incluíam sobretudo metas que envolviam uma determinada percentagem da população, os governos tenderam a concentrar-se nas pessoas desse grupo que eram mais fáceis de alcançar.

Trata-se de algo compreensível até certo ponto, já que é a maneira mais óbvia de reduzir a mortalidade em dois terços, por exemplo, ou de reduzir a fome em metade. Por exemplo, um governo nacional ou um doador pode alargar os novos serviços de saúde às vilas, mas deixar as aldeias mais distantes para mais tarde. Em todos os objetivos ODM os indicadores são consistentemente piores para os grupos mais desfavorecidos, em todas as regiões do globo.<sup>7</sup> De acordo com um técnico de saúde da Save the Children, “as medições dos ODMs quando agregadas a nível nacional permitem que os países atinjam as metas dos objetivos sem terem de responder às necessidades das populações mais pobres e mais vulneráveis.”

Trata-se neste caso de um assunto que pode ser literalmente de vida ou de morte. Nos 42 países que detêm números mais elevados em termos de mortalidade infantil, uma pesquisa da Save the Children mostrou que se a taxa de progresso no grupo que melhorou mais rapidamente tivesse sido igualmente alcançada em todos os outros grupos de rendimento, ter-se-iam salvo 4 milhões de crianças durante um período de 10 anos.<sup>8</sup> Este tipo de desigualdade também existe entre grupos sociais, e não apenas entre grupos de rendimento. Em 2008, na Ásia do sul, morreram 143 raparigas por cada 100 rapazes mortos – e esta disparidade piorara ligeiramente desde 1990.<sup>9</sup>

### MELHORAR A NOSSA QUALIDADE DE VIDA – VISANDO A DESIGUALDADE

O combate aos níveis extremos de desigualdade é essencial para que possamos cumprir a promessa de erradicar a pobreza. Mas mesmo se fosse possível erradicar a pobreza com os atuais níveis de desigualdade, essa abordagem não seria aceitável. A desigualdade é particularmente prejudicial para as crianças. As crianças mais pobres e mais desfavorecidas apresentam resultados mais baixos em termos de bem-estar infantil; possuem menos oportunidades de desenvolverem o seu potencial; e o nível das próprias disparidades afeta a qualidade de vida das crianças mais desfavorecidas.

Há um debate global fundamental em torno da desigualdade. Muita gente acredita que a ‘fatia de bolo’ que cabe a cada pessoa, deve ser o reflexo do esforço de cada um. Pensam, portanto, alguns que é aceitável ou desejável existir um certo grau de desigualdade e riqueza (‘resultado’).



Todavia, a maioria das pessoas concordaria que as hipóteses de vida de uma criança não devem ser determinadas antes de ela ou ele nascerem, mas que em vez disso as crianças devem ter ‘igualdade de oportunidades’. No entanto, desde o nascimento que as hipóteses de vida para algumas crianças são muito piores do que para outras. Entre muitas outras coisas, o rendimento dos nossos pais, o nosso género, o nosso grupo étnico, e se tivemos ou não o suficiente para comer durante a primeira infância, ou se somos ou não portadores de uma deficiência, podem ter uma grande influência no percurso que a nossa vida assume. Contudo, para uma criança, estes fatores escapam claramente ao seu controlo.

É assim particularmente chocante que as crianças sofram duas vezes mais em termos de desigualdade se comparadas com a população em geral. Enquanto as pessoas dos 10% de agregados familiares mais ricos, numa amostra de 32 países, têm acesso a 17 vezes mais rendimento do que as dos agregados mais pobres, a disparidade entre o rendimento disponível por agregado familiar para as crianças mais ricas e para as mais pobres é de 35 vezes; e este fosso aumentou em cerca de um terço desde o início da década de 1990.<sup>10</sup>

Além disso, a existência da própria disparidade provoca diferenças no bem-estar psicossocial das pessoas. A desigualdade afeta o modo como as pessoas se veem a si próprias na relação com os outros; as crianças em particular têm uma perfeita consciência do seu estatuto na relação com os seus pares. Isto por sua vez afeta as oportunidades que elas aproveitam – as perceções de estatuto inferior podem restringir a ambição e limitar os sentimentos de autoestima das crianças. Por exemplo, uma investigação da Universidade de Oxford no Peru descobriu que as crianças com um bem-estar subjetivo inferior – por acreditarem que não eram suficientemente respeitadas – tinham menor desempenho cognitivo.<sup>11</sup> Um estudo recente do Banco Mundial nas regiões rurais da Índia mostrou que, contanto que as crianças de castas superiores e inferiores não tivessem consciência das suas diferenças de casta, estas em média tinham um desempenho igualmente bom quando lhes era pedido que resolvessem uma série de problemas. Quando ganhavam consciência das diferenças de casta, o desempenho das crianças de castas inferiores deteriorava-se de uma maneira substancial.<sup>12</sup>

O Bereket, que anda no oitavo ano numa escola em Adis Abeba, na Etiópia, falta regularmente às aulas

para trabalhar a lavar carros. “Quando os estudantes chegam vestidos com roupas melhores, não gosto de me sentir inferior a eles, por isso para mim é uma obrigação trabalhar para alterar a minha situação,” diz o Bereket. “São os meus problemas que me obrigam a aceitar este emprego. Não tinha outra escolha. Eu costumava ter esperança e pensar que a educação iria mudar a minha vida, mas agora só espero que ter um negócio me vá mudar a mim.”<sup>13</sup>

## COMBATER A DESIGUALDADE – UMA PRIORIDADE PARA O NOVO QUADRO DE TRABALHO

O quadro que substitui os ODMs já não pode ignorar a desigualdade. Em vez disso, tem de colocar o combate à desigualdade numa posição frontal e central, ajudando a impulsionar as políticas internas que serão essenciais para reduzir a desigualdade. Os objetivos ‘chegar a zero’ (ver página 12) combatem a desigualdade de modo implícito, esforçando-se por implementar uma cobertura de 100% dos serviços e por eliminar ameaças específicas para todos, em qualquer lugar. Mas vai ser necessário mais do que isto. Em cada objetivo temos de nos comprometer que nos focamos primeiro nas crianças e adultos que são mais marginalizados e mais difíceis de alcançar – apesar das dificuldades e dos custos de o fazermos – com metas que monitorizem o progresso ao longo dos escalões de rendimento em decis e considerando especificamente o rácio entre os grupos do topo e da base. Não se trata aqui apenas de ser um imperativo moral, também é mais eficiente; a UNICEF levou a cabo investigações que documentam o modo como os investimentos nos que são mais difíceis de alcançar podem por vezes gerar os retornos mais elevados. Por exemplo, formar e enviar uma parteira para uma comunidade de classe média pode ter um impacto marginal nas taxas de sobrevivência infantil e materna. Se colocarmos essa mesma parteira numa comunidade sem esse serviço, o impacto será muito maior.

Também temos de monitorizar o ritmo de mudanças em todos os grupos, para todos os objetivos. Por exemplo, na área do acesso aos cuidados de saúde, devemos examinar a proporção de pessoas que tem acesso a nível nacional, mas este deve ser igualmente subdividido em decis de rendimento, deve ser subdividido entre mulheres e homens, raparigas e rapazes, por diferentes idades e grupos étnicos, e por áreas urbanas e rurais. As estatísticas das diferentes regiões do país devem ser subdivididas de acordo com

critérios semelhantes. Só agindo assim conseguimos mostrar e combater as desigualdades persistentes. Do mesmo modo que os ODMs estabeleceram a norma incontestável de criar uma meta para o rácio de género na educação, o quadro de trabalho após 2015 deve ampliar esta norma a outras áreas e rácios entre outros grupos historicamente mais ou menos favorecidos. Criar metas para os que estão ‘no fundo da tabela’ não é suficiente; temos também de criar metas e reduzir a desigualdade entre os diferentes grupos.

## 2 AUMENTAR A TRANSPARÊNCIA E A PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas é crucial para o desenvolvimento global. Uma promessa só faz sentido se for mantida e se os que a fazem puderem ser por ela responsabilizados. Mas tem faltado ao quadro dos ODMs um mecanismo robusto e eficaz de prestação de contas, dificultando o assegurar do cumprimento (ou pelo contrário) dos compromissos de um modo transparente. Isto por sua vez tem implicado que os progressos sejam inconsistentes. Nos países onde existe uma vontade política forte, são aplicados recursos que asseguram a sua implementação, mas os países onde tem faltado essa vontade política não são adequadamente responsabilizados. Por exemplo, o ODM 8 referente à parceria global – com metas em questões como finanças e propriedade intelectual – sofreu de uma maneira particular com a ausência de mecanismos que responsabilizassem os governos. Por outro lado, o maior enfoque da sociedade civil na mortalidade infantil durante os últimos anos talvez ajude a explicar a recente taxa mais rápida de progressos.

Há um desafio acrescido. A prestação de contas baseia-se na informação sobre os progressos. Os sistemas de recolha de dados em muitas áreas essenciais são frágeis ou simplesmente inexistentes em muitos países, tornando muito difícil a avaliação dos progressos. O acesso à informação e uma prestação de contas significativa estão intrinsecamente ligados, e possuímos melhores dados, disponíveis de um modo transparente, tem de ser uma importante prioridade global para apoiar a prestação de contas. Apenas um ODM menciona o direito dos cidadãos à informação (o ODM 7 sobre a sustentabilidade ambiental).

Um enfoque na prestação de contas é particularmente importante nos países onde os progressos em termos

de ODMs foram poucos ou nenhuns. Estes países talvez estejam a sair de situações de conflito, talvez sejam altamente instáveis e talvez tenham ao seu dispor poucas instituições básicas de governo. Para atingirem o zero das novas metas, estes países vão precisar de estratégias diferentes das aplicadas na maioria dos países de baixo rendimento.

Também é importante que responsabilizemos as pessoas certas. Os governos são legalmente responsáveis pela concretização dos compromissos em termos de direitos humanos, incluindo aqueles a serem abordados no quadro de trabalho após 2015, e precisam de ser responsabilizados perante os seus cidadãos. Todavia, não nos podemos limitar à prestação de contas dos governos. Temos também de ter em consideração mecanismos melhores para responsabilizar todos os atores na área do desenvolvimento, incluindo o setor privado e a sociedade civil. Tal envolverá medidas que assegurem que todas as empresas aplicam uma política de ‘não causar danos’ relativamente aos impactos dos seus produtos, das suas práticas e impactos indiretos, bem como incentivos para as empresas moldarem as estratégias dos seus negócios centrais no sentido de contribuírem para os objetivos do desenvolvimento.<sup>14</sup> Por fim, os doadores e os beneficiários da ajuda internacional precisam de um enquadramento reforçado de prestação mútua de contas.

## 3 SINERGIAS E SISTEMAS

Muitas das questões de desenvolvimento estão interligadas entre si de um modo inextricável, como o demonstram os testemunhos ao longo deste relatório. Uma criança faminta não aprenderá muito na escola, e não ficará lá o tempo suficiente para beneficiar da mesma se tiver de trabalhar para pagar os cuidados de saúde de um pai doente, ou se for vítima de violência quando estiver na escola. A estrutura dos ODMs podia ter ajudado a implantar sistemas holísticos. Em vez disso exacerbaram a tendência para criar barreiras e ineficiências em países em desenvolvimento sob pressão.

Além disso, o enfoque em resultados específicos implicou que os ODMs foram frequentemente prosseguidos através de intervenções de curto prazo. Por exemplo, por vezes deu-se prioridade a campanhas insustentáveis de vacinação em vez de se investir em técnicos de saúde (que podiam providenciar vacinas e tratar outras causas de

mortalidade como a diarreia e a pneumonia). Talvez tivesse sido necessário por vezes um certo enfoque num dado campo para produzir resultados imediatos. Contudo, abranger aqueles que são mais difíceis de alcançar – ou que estejam na ‘reta final’ do desenvolvimento – vai exigir uma abordagem holística que reforce os sistemas de modo a melhorar os resultados em termos de desenvolvimento humano.

Este problema é bem conhecido no setor da saúde. Por exemplo, um programa de VIH e SIDA pode ser excelente em muitos aspetos, mas se não se referir a outras estruturas de saúde no país pode acabar por colocar uma das suas unidades ao fundo da rua de uma unidade de saúde geral, retirando funcionários à unidade geral e fragmentando recursos. Este tipo de situação é frequentemente agravado por uma pressão bem-intencionada em conseguir resultados rápidos e por – menos desculpável – exigências de visibilidade por parte de doadores. No entanto, há esforços diligentes para melhorar a integração que estão a dar frutos. Estudos recentes sugerem que “no decurso dos ODMs, o debate global em torno da saúde passou de uma abordagem mais vertical assente apenas numa só doença, para um enfoque no reforço do sistema de saúde (RSS), para que assim o sistema de saúde na sua globalidade consiga combater a ampla variedade de problemas de saúde pública e de bem-estar humano que um dado país enfrenta.”<sup>15</sup>

Outro exemplo é o do relacionamento entre a educação e a proteção. Há mais raparigas matriculadas na escola, mas por vezes tem sido prestada muito pouca atenção à segurança, o que pode levar ao abandono escolar das raparigas. Por exemplo, num inquérito de 2006 em dez aldeias do Benim, 34% das raparigas da escola afirmaram que ocorria violência sexual na sua escola.<sup>16</sup> Muito disto podia ter sido evitado com uma abordagem holística à proteção da criança.

Um sistema nacional eficaz de proteção da criança consiste num conjunto de leis e políticas para parar a violência, e num mecanismo de coordenação a nível do governo central (entre as áreas de segurança social, saúde e educação). Este mecanismo precisa de ter um mandato claro, uma regulação e monitorização efetivas a todos os níveis, e um corpo de funcionários empenhados, incluindo assistentes sociais, com competências e mandatos relevantes. Isto irá articular os mecanismos de apoio à criança e à família com os serviços que se encarregam das crianças a todos os níveis.

## 4 ASSEGURAR O ACESSO SEM SER À CUSTA DOS RESULTADOS

Nalgumas áreas, os ODMs colocaram necessariamente uma ênfase firme em ampliar a cobertura de um dado serviço e em abranger mais pessoas. Foi calculado o número de pessoas abrangidas e o êxito ou o fracasso foram apurados tendo em conta esse padrão. Os baixos níveis de cobertura de há umas décadas atrás tornaram esta abordagem sensata. Contudo, esta encobriu outros problemas emergentes. O acesso muito difundido a um serviço não significa que os objetivos desse serviço estejam a ser cumpridos; não conseguiremos ter a imagem completa se nos limitarmos a analisar os registos de entrada e não os resultados finais. Por exemplo, o programa Joint Monitoring [Monitorização Conjunta] da OMS/UNICEF, referente à água e ao saneamento, sugere que o número de pessoas com acesso a água potável provavelmente está sobreavaliado porque a qualidade da água não é monitorizada.

Esta questão talvez seja mais aguda no setor educativo. Os ODMs medem os números de crianças matriculadas na escola primária. Todavia, o sucesso em colocar as crianças na escola esconde por vezes o fracasso em as ensinar uma vez lá chegadas. Por exemplo, no Gana, as taxas de conclusão do ensino em 2007 pareciam elevadas, com 76% dos rapazes e 81% das raparigas a concluírem o ensino primário. No entanto, no final da escola primária apenas 30% dos rapazes e 19% das raparigas conseguiam ler um texto simples. Globalmente, 20% das crianças que concluem quatro ou mais anos de ensino primário ‘não aprendem as coisas básicas’. E apesar das melhorias na percentagem de matrículas, quase 20% das crianças em idade escolar ou nunca vão à escola, ou abandonam-na antes de concluírem os quatro anos.<sup>17</sup>

Temos de assegurar que o novo quadro de trabalho encontra um equilíbrio entre a amplitude e a profundidade, tendo também de encontrar o equilíbrio correto entre a simplicidade na medição dos progressos e o detalhe suficiente que gere um genuíno desenvolvimento humano.

## 5 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Desde 2000 que tem havido grandes melhorias nos indicadores do desenvolvimento humano. Bastante menos se tem alcançado em termos de melhoria da sustentabilidade a longo prazo dos recursos naturais básicos, pese embora a saúde humana e a prosperidade dependerem destes. Além disso, os benefícios advindos da exploração dos recursos do planeta beneficiaram de uma maneira desproporcionada os ricos. Ao olharmos para 2030, é difícil perceber como é que, à medida que atingimos rapidamente os limites ambientais, se conseguirá dar comida, água e energia a uma população global de entre 8 e 9 mil milhões de pessoas,<sup>18</sup> de um modo sustentável e equitativo sem uma alteração significativa do modo como os recursos ambientais são percecionados, governados e geridos.

À medida que os recursos naturais se tornam mais escassos, e os efeitos das alterações climáticas

se tornam mais evidentes, particularmente em muitas das comunidades mais pobres, é óbvio que a sustentabilidade ambiental tem de se tornar uma parte essencial do desenvolvimento. Dos 20 países que em 2015 correm mais riscos associados a condições climáticas extremas, 19 são países com grande número de populações pobres.<sup>19</sup> Isto não só pode afetar a sua saúde e bem-estar, como vai afetar a produtividade agrícola e o acesso a comida. No período entre 2008 e 2050 é esperado que algumas áreas de África e da Ásia percam 10-20% da sua produtividade agrícola.<sup>20</sup>

Sabe-se atualmente muito mais sobre a sustentabilidade ambiental do que na viragem do milénio. Os ODMs não abordaram a sustentabilidade de um modo sério; é imperativo que esta seja um sustentáculo do novo consenso em torno do desenvolvimento.

## 2 IMPLANTAR OS ALICERCES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

O mundo tem agora de se comprometer em cumprir a sua maior promessa – erradicar a pobreza absoluta no espaço de uma geração – com um quadro de trabalho que substitua os ODMs.

As secções que se seguem expõem os novos objetivos, metas e indicadores propostos pela Save the Children para esta substituição. Quatro das aprendizagens resultantes da experiência dos ODMs, abordadas no Capítulo 1 – reduzir as desigualdades, aumentar a transparência e a prestação de contas, criar sinergias e um enfoque nos resultados – estão integradas em todos os objetivos. A sustentabilidade ambiental é abordada no Capítulo 3.

Dois princípios importantes que norteiam a escolha dos objetivos.

Primeiro, não obstante o progresso que tem sido alcançado, é escandaloso e inaceitável que as pessoas continuem a ir para a cama com fome e que as crianças continuem a morrer de doenças evitáveis. A erradicação da pobreza em todas as suas dimensões permanece a tarefa mundial mais importante e urgente. O próximo quadro de desenvolvimento tem de manter um enfoque claro na redução da pobreza, acelerando as ações que melhorem a qualidade de vida das pessoas mais pobres e mais marginalizadas do mundo. A Save the Children acredita que, para se libertar o mundo dos piores problemas relacionados com a pobreza, será vital estabelecer objetivos referentes à erradicação da pobreza e da fome; providenciar cuidados de saúde, educação e proteção contra a violência para todos; e melhorar a governação. Estes objetivos têm de ser apoiados por outros que fomentem um ambiente solidário e sustentável para o desenvolvimento humano.

Segundo, embora a redução da pobreza e o desenvolvimento humano sejam objetivos comuns, as questões específicas no seio destes objetivos

comuns são diferenciadas de acordo com os diferentes estados de desenvolvimento de cada país. Na prática, isto deverá implicar que o quadro de trabalho providencie ações primeiramente para as pessoas mais pobres e mais marginalizadas, seja qual for o país em que estas se localizem. A partir daí, cada país deve empenhar-se num processo deliberativo nacional, envolvendo mulheres, homens e crianças, que ajuste os objetivos de modo a torná-los relevantes no seu contexto nacional. Isto pode implicar que no Reino Unido, por exemplo, a ênfase para o objetivo 1 seja posta na pobreza relativa em vez de ser na pobreza absoluta.

O novo quadro de trabalho proposto pela Save the Children encontra-se exposto em três secções:

- A primeira secção, e a mais longa, compreende seis objetivos novos, que implantam os alicerces para o desenvolvimento humano. Estes objetivos foram identificados através de uma ampla consulta através da rede global da Save the Children e resultam da informação e perícia acumuladas ao longo de mais de um século de programação na área do desenvolvimento para melhorar o bem-estar das crianças. A Save the Children acredita que estes objetivos são imperativos se quisermos que o novo quadro melhore o bem-estar das pessoas.
- A segunda secção apresenta quatro objetivos adicionais que ajudarão a criar um ambiente solidário e sustentável para o desenvolvimento humano, englobando a mobilização de recursos e questões de sustentabilidade ambiental, a redução de situações de desastre e o acesso à energia. As nossas propostas são complementadas pelo trabalho de outras organizações especializadas, a que recorrem bastante nalgumas partes.
- Na terceira secção propomos mecanismos globais que prestem apoio institucional e permitam a implementação dos objetivos, tendo em consideração as finanças, a coerência de políticas, a recolha de dados e a prestação de contas.

É claro que o debate sobre o quadro de trabalho que substituirá os ODMs está numa fase inicial, e que avançamos com estas propostas como um contributo para uma conversa global participada e não como um texto final. O nosso contributo resulta das informações recolhidas por uma ampla

consulta através da rede global da Save the Children (abrangendo 120 países), da análise de séries longitudinais de dados que registaram mudanças na vida das crianças desde o ano 2000, e da análise detalhada de dados e de estudos de caso nacionais sobre a questão da desigualdade.

## OBJETIVO 1: ATÉ 2030 VAMOS ERRADICAR A POBREZA EXTREMA E REDUZIR A POBREZA RELATIVA ATRAVÉS DO CRESCIMENTO INCLUSIVO E DE CONDIÇÕES LABORAIS DECENTES

Este objetivo encerra em si o maior desafio e a maior oportunidade para melhorarmos consideravelmente o bem-estar humano, alterando definitivamente o mundo para melhor. Trata-se de um objetivo essencial, e a partir do qual muitos outros se seguem. É também o objetivo pelo qual o êxito do novo quadro de desenvolvimento será julgado mais frequentemente.

A primeira meta do ODM 1 – reduzir para metade a proporção de pessoas a viver com rendimentos de pobreza extrema – foi um êxito. De acordo com o Banco Mundial, esta meta já foi alcançada<sup>1</sup> em todas as regiões bem como a nível global. Isto não significa que tenha sido alcançada em todos os países, e o progresso foi bastante maior nalgumas regiões – como na Ásia Oriental – do que noutras, como o caso da África subsaariana. Não obstante, o seu êxito dá-nos razões para estarmos otimistas. As metas para reduzir para metade a proporção de pessoas a viver com fome, e o alcançar do emprego produtivo a tempo inteiro e de condições laborais decentes para todos, não foram alcançadas.

### ACABAR COM A POBREZA ABSOLUTA

O objetivo proposto para substituir a manchete anterior – erradicar a pobreza absoluta no espaço de uma geração – seria verdadeiramente uma conquista histórica que está atualmente ao alcance das nossas capacidades. A continuarem as tendências atuais, em 2030 haverá 4% da população em situação de pobreza absoluta, comparada com 43,1% em 1990 e uma previsão de 16,1% em 2015; com um crescimento ligeiramente mais rápido e prestando atenção à desigualdade, conseguimos chegar a zero.<sup>2</sup>

Além disso, podemos potencialmente visar erradicar a pobreza absoluta ao nível dos \$2 dólares por dia, e não apenas a \$1,25 dólares por dia. As novas projeções de especialistas do Banco Mundial sugerem que as tendências atuais na redução da pobreza, se forem continuadas, podem resultar em 9% das pessoas a viverem com menos de \$1,25 dólares por dia em 2022; mas que reduções realistas na desigualdade tornariam 3% uma meta ambiciosa mas alcançável em 2022.<sup>3</sup> Nesta base, a meta de zero é potencialmente alcançável em 2025. Outra investigação mostrou que se persistirem as atuais tendências, entre 6% e 10% da população estará a viver com menos de \$2 dólares por dia em 2030.<sup>4</sup> Mais uma vez, se visarmos a

desigualdade, a escala do problema altera-se e é possível estabelecer a ambiciosa meta de 0% para 2030, de tal forma que a pobreza absoluta com menos de \$2 dólares por dia é erradicada.

Mas como é que isto será feito?

## CRESCIMENTO INCLUSIVO SUSTENTÁVEL – REDUZIR AS DISPARIDADES

O crescimento económico é uma poderosa ferramenta para reduzir a pobreza nos países em desenvolvimento. Consegue gerar mais riqueza que circula, e mais potencial para desenvolver uma base fiscal adequada ao financiamento de serviços essenciais, como centros de saúde e escolas. De acordo com o Banco Mundial, o crescimento é responsável por entre 40% a 80% da redução da pobreza que ocorreu no mundo inteiro desde 1980.

Contudo, crescimento económico não é a mesma coisa que redução da pobreza. Assume-se frequentemente que um crescimento económico mais elevado será necessariamente melhor para o desenvolvimento – mas não é sempre esse o caso. Por exemplo, as taxas de mortalidade infantil variam entre países com rendimentos per capita semelhantes: é possível atingir uma taxa relativamente baixa mesmo com baixos rendimentos médios, e um maior crescimento económico nem sempre resulta em novas melhorias.<sup>5</sup> Além disso, um crescimento económico que seja mal partilhado pode agravar a desigualdade, minar a coesão social e acelerar o declínio dos recursos naturais básicos de que o desenvolvimento económico depende antes de mais. Portanto, devemos analisar o crescimento económico como uma parte de um pacote abrangente de redução da pobreza, em vez de um fim em si mesmo, e devemos prestar atenção ao modo como o crescimento é gerado, combatendo simultaneamente a desigualdade através de um crescimento inclusivo e sustentável.

Como vimos no capítulo anterior, a desigualdade de rendimento é importante – porque retarda o desenvolvimento, por ser injusta para com as crianças, e porque as próprias diferenças de rendimento geram resultados adversos.<sup>6</sup> Portanto, propomos indicadores, incluídos numa meta de crescimento inclusivo e sustentável, que meçam o progresso na redução

quer da desigualdade de rendimento quer das desigualdades grupais que afetam as crianças, como uma medida de desigualdade de oportunidades.

## CONDIÇÕES LABORAIS DECENTES

A principal maneira de as pessoas aumentarem o seu rendimento é através do trabalho. Deste modo, uma das coisas que o crescimento inclusivo precisa de fazer é criar empregos produtivos, seguros, adequadamente pagos e adequadamente apoiados, ao longo um leque de níveis de competência.<sup>7</sup> Se isto acontecer, a parcela do rendimento nacional que é paga em salários aumentará, invertendo a tendência recente.<sup>8</sup>

Tal como acontece com todos os objetivos, há que prestar atenção à equidade no emprego. Trata-se de uma área onde são frequentes as desigualdades de género. A disponibilidade das mulheres para trabalhar está limitada pelas suas responsabilidades domésticas e de prestação de cuidados, pelos cuidados infantis que não são adequadamente acessíveis, pela discriminação dos empregadores, e por vezes pelas normas socioculturais. Assim, quando uma mulher consegue arranjar um emprego, é suscetível de receber menos do que um homem que faça o mesmo trabalho.<sup>9</sup>

*“Hoje em dia vejo pessoas licenciadas e que não conseguem arranjar emprego durante muito tempo. Por isso talvez eu não encontre um emprego. Talvez fique como a minha tia. Ela é dona de casa.”*

Genet, 16, Adis Abeba, Etiópia

Os jovens (com idades entre 15-24 anos) também precisam de iguais oportunidades de emprego – bem como de oportunidades de ensino de boa qualidade, de formação profissional e de informação e serviços de saúde. Os jovens estão na dianteira do desenvolvimento global e são frequentemente empreendedores sociais e económicos, e no entanto em 2010 só 56% dos jovens rapazes e 41% das jovens raparigas faziam parte da população ativa.<sup>10</sup>

Hoje em dia, 115 milhões de crianças desempenham trabalhos perigosos.<sup>11</sup> Temos de assegurar que no decurso da próxima geração nenhuma criança se envolve em trabalhos que pela sua natureza ou circunstâncias sejam nocivos para a sua saúde, segurança e desenvolvimento ou que interfiram com a educação dessa criança.

## PROTEÇÃO SOCIAL

Se queremos erradicar a pobreza, então as pessoas que não têm trabalho, ou que estejam incapazes de trabalhar, precisam de uma rede de segurança. Aqueles que têm emprego também podem beneficiar do facto de saberem que existe uma rede de segurança deste género, dado reduzir a incerteza que advém de se viver com um rendimento próximo da sobrevivência, de dar às pessoas a oportunidade de arriscarem iniciar, ou aumentar, um negócio, e de servir como tábua de salvação para situações de desamparo (por exemplo, após uma crise como uma seca). Ao mesmo tempo, tem de ser claro que a presença de uma proteção social efetiva não melhora os custos humanos de estar, e de ficar, desempregado, não diminuindo a importância de proteger os empregos.

Há que prestar mais atenção ao contributo potencial da proteção social enquanto investimento na redução da pobreza e da vulnerabilidade na infância, contrariando a armadilha perversa da transferência intergeracional da pobreza. Globalmente, os sistemas de proteção social estão num estado incipiente na maioria dos países em desenvolvimento – embora países como o Brasil e o México tenham vindo a liderar neste campo, e outros como a Etiópia e o Bangladesh estejam atualmente a seguir-lhes o exemplo. Em muitos dos exemplos mais eficazes, os recursos e decisões foram canalizados para as mulheres, provando que isto leva a mais gastos em bens que beneficiam as crianças e ajuda a fortalecer

a voz das mulheres, quer dentro de casa quer na comunidade. Precisamos de aferir o nascimento e o desenvolvimento dos sistemas de proteção social, através da medição dos níveis de investimento e do estabelecimento de um sistema que proporcione um rendimento mínimo para todos – um mínimo social.

O Govindh, que vive na Índia, tem 17 anos. A família dele está a receber apoio vital do fundo de garantia de emprego, que assegura um número mínimo de dias de trabalho pago, depois de terem pago uma quantia substancial para tratarem a doença da mãe. “As sementes não cresceram no primeiro ano e no segundo não choveu... não tínhamos dinheiro para comprar legumes,” disse ele. “Pedimos dinheiro emprestado... e a seguir, através do fundo de garantia de emprego, pagámos o empréstimo.”

### METAS

1. Erradicar a pobreza extrema em termos de rendimento
2. Promover um crescimento que seja inclusivo e sustentável, e que ofereça oportunidades a todos
3. Providenciar condições laborais decentes a todos
4. Estabelecer uma base global de proteção social



## OBJETIVO 2: ATÉ 2030 VAMOS ERRADICAR A FOME, REDUZIR A METADE O ATROFIAMENTO E ASSEGURAR O ACESSO UNIVERSAL A COMIDA, ÁGUA E SANEAMENTO SUSTENTÁVEIS

*“Já não compramos comida em grande quantidade como costumávamos fazer antes. Agora, compramos a pouco e pouco porque é muito cara... Há dias em que não temos comida que chegue. Por vezes comemos o jantar e evitamos o pequeno-almoço do dia seguinte.”*

Denbel, 16, Etiópia

*“Costumávamos ir buscar água uma vez por semana, ao ribeiro... mas essa água estava suja.”*

Carmen, do Peru, mudou-se recentemente para uma nova zona

A alimentação e a água são necessidades básicas de qualquer ser humano. O mundo conheceu progressos significativos na redução da fome. Mas não obstante, uma em cada três crianças no mundo em desenvolvimento sofre de um desenvolvimento físico e cognitivo limitado por não ter suficiente alimentação nutritiva para comer. Além disso, o número de pobres nas zonas urbanas – o grupo com maior insegurança alimentar – está a aumentar.

Relacionada com estas duas questões está a nutrição. As crianças que não recebem uma nutrição adequada nos primeiros 1000 dias entre a conceção e a idade de dois anos têm ao longo da vida resultados escolares e rendimentos mais baixos – o que, para além do impacto humano direto, também reduz o PIB até 3%.<sup>12</sup> Uma dieta diversificada e adequada e água potável são essenciais para atingir resultados nutritivos; mas é demasiado frequente os governos e outros agentes de desenvolvimento não procederem a interligações entre estes setores. As estratégias agrícolas têm de ser sensíveis à nutrição para conduzirem não apenas a rendimentos familiares mais elevados, como também a melhores resultados nutritivos. A nutrição requer mais do que comida e água – também requer educação comportamental para promover práticas como a amamentação exclusiva, e serviços de saneamento.

Desde 2008, os preços dos bens alimentares têm sido particularmente voláteis. As flutuações de preços da comida criam caos económico entre as famílias pobres, que podem ter de gastar mais de três quartos do seu rendimento em alimentação. O índice de Preços dos Alimentos do Banco Mundial mostra que o preço dos cereais subiu de 100 no índice de 2005 para mais de 250 em 2012, empurrando dezenas de milhões de pessoas para a pobreza.<sup>13</sup> Se as subidas dos preços alimentares prosseguirem, vai aumentar ainda mais o número de adultos e crianças que têm fome, estão subnutridas e que sofrem de atrofiamento.

Os ODMs também incluem uma meta para reduzir para metade o número de pessoas sem acesso a água potável segura e a saneamento, e o mundo está a caminho de cumprir a meta da água potável; no entanto, esta métrica não avalia a qualidade da água e a meta do saneamento é atualmente inalcançável. Os progressos feitos quer na água potável segura quer no saneamento têm sido desiguais entre regiões e no interior dos vários países, sendo que o progresso foi muito maior em áreas urbanas do que em contextos rurais. De acordo com a ONU, as melhorias em termos de saneamento estão a “ignorar os pobres”. De maneira semelhante, as crianças nas zonas rurais têm duas vezes mais probabilidades de terem peso a menos do que as crianças das áreas urbanas, e é muito provável que as crianças com deficiência de peso sejam pobres.

Para alcançarmos as metas zero vai ser necessário uma mudança de políticas. Muitas das mulheres e homens pobres são pequenos agricultores que produzem muita da sua própria alimentação, precisando de acesso à terra e a outros recursos. O apoio aos pequenos agricultores, particularmente às mulheres, é também uma maneira de aumentar a quantidade da nutrição obtida a partir de cada pedaço de terra cultivada. A educação nutritiva deve

ser integrada nos esforços agrícolas e a articulação dos pequenos agricultores com o setor privado, promovendo e impondo padrões de qualidade, tornando os seus produtos comerciáveis, aumentando o envolvimento dos pequenos proprietários nas atividades comerciais. Em particular, apoiar as mulheres agricultoras e assegurar que elas têm acesso à terra é uma estratégia eficaz. Na maioria dos países, as mulheres fazem o grosso do trabalho agrícola, mas a maioria das mulheres não tem a posse da terra nem direitos de regadio.<sup>14</sup> A promulgação de legislação sobre a posse da terra e o acesso à água irá dar oportunidade aos pobres para corrigirem as desigualdades na distribuição de recursos.

Para superar estas desigualdades, propomos metas ambiciosas para o próximo quadro de trabalho (incluindo o compromisso de atingir a fome zero e o acesso universal a comida) nestas áreas mais básicas. A erradicação da fome até 2030 tem de ser um objetivo abrangente, suportado por mudanças ao nível das estruturas de posse da terra e do acesso à água.

Tal implicará mudanças ambiciosas em termos de políticas.

Responder à volatilidade dos preços da alimentação vai exigir uma melhoria no fornecimento alimentar, mas também mudanças das cláusulas comerciais,

da política agrícola, no apoio aos produtores e na inclusão social. Os sistemas de produção têm de se tornar ecologicamente saudáveis, manter a biodiversidade agrícola e terem a gestão sustentável da terra como um objetivo essencial, enquanto os sistemas de distribuição têm de ser mais eficientes e eficazes.

## METAS

1. Erradicar a fome; reduzir para metade as taxas de atrofamento e subnutrição entre as crianças
2. Interligar diretamente os sistemas sustentáveis de produção e distribuição alimentar com as metas referentes à nutrição
3. Assegurar que todas as pessoas no mundo têm acesso a instalações de água adequadas, seguras<sup>15</sup> e ambientalmente sustentáveis num raio de 1 km das suas casas e em todas as escolas e instalações de saúde, até 2030
4. Assegurar que todas as pessoas no mundo têm acesso a saneamento básico num raio de 1 km das suas casas, juntamente com saneamento em todas as escolas e hospitais, até 2030

## OBJETIVO 3: ATÉ 2030 VAMOS ACABAR COM A MORTALIDADE INFANTIL E MATERNA EVITÁVEIS E PRESTAR CUIDADOS BÁSICOS DE SAÚDE A TODOS

O Fabrico é de uma zona rural do Peru, tem 9 anos e ajuda na apanha de batatas nas terras da família. As colheitas deles foram recentemente destruídas por chuvas fortes e granizo. A mãe dele tem uma gastrite e o pai sofre de broncopneumonia, mas não têm dinheiro que chegue para pagar os cuidados de saúde. *“Quando já não estava capaz de trabalhar, o meu pai quase que chorava,”* disse o Fabrico. *“O granizo matou as pessoas com gripe.”* O Fabrico perguntou à mãe, *“Com quem é que vou viver se tu morreres?”*

### UMA TAREFA INACABADA

O mundo está a fazer progressos na saúde. Em 1990, morriam por dia 33.000 crianças com menos de cinco anos de doenças evitáveis; este número desceu para 19.000, e o progresso na última década foi duas vezes mais rápido do que na década anterior. Morrem menos mulheres durante o parto. A propagação do VIH abrandou.

Porém, é improvável que venhamos a cumprir as metas dos ODMs em qualquer destas áreas – a saúde não melhorou tão depressa como prometemos. Precisamos de redobrar os esforços: são 19.000 crianças a mais que continuam a morrer todos os dias.<sup>16</sup>

O acesso inadequado aos cuidados de saúde e o seu uso são um importante fator dos progressos lentos no cumprimento dos ODMs 4, 5 e 6. Todos os anos há 48 milhões de mulheres que dão à luz sem apoio de uma pessoa com competência na área da obstetrícia,<sup>17</sup> e 200 milhões de mulheres que querem gerir a sua fertilidade sem terem acesso a serviços de planeamento familiar.<sup>18</sup> Mais de 20 milhões de crianças no mundo não têm acesso a imunizações de rotina contra a difteria, a tosse convulsa e o tétano.

A próxima agenda de desenvolvimento tem de se basear nos ODMs referentes à saúde, tem de acelerar o progresso para atingir as metas de saúde e tem de ir mais longe – de modo a assegurar a todos uma vida saudável e produtiva. É crucial manter-se a saúde como uma prioridade dentro do novo quadro de trabalho, como um direito humano e como um bem público global. Os resultados de saúde quando são melhores e mais equitativos aumentam a produtividade e a resiliência do agregado familiar, reduzem a pobreza e são um fator-chave do desenvolvimento sustentável.

No novo quadro de trabalho, propomos um único objetivo referente à saúde. A comunidade de especialistas de saúde tem de alinhar em torno de um quadro integrado e abrangente que impulse o progresso no sentido da prestação universal de cuidados de saúde essenciais e de boa qualidade, sem dificuldades financeiras, e com políticas melhoradas a nível nacional e sistemas de saúde reforçados. Isto vai exigir um técnico de saúde formado, apoiado, equipado e motivado ao alcance de qualquer pessoa.

### ALCANÇAR UMA COBERTURA DE SAÚDE UNIVERSAL ATRAVÉS DE SISTEMAS DE SAÚDE FORTES E DE UM ENFOQUE NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES

Em épocas recentes, as políticas de saúde sofreram uma fragmentação, com muitos problemas de saúde a serem combatidos em compartimentos estanques. A agenda após 2015 tem a oportunidade de assegurar que são construídos sistemas de saúde pública robustos e integrados, com investimentos internos e doadores suficientes para satisfazerem as necessidades de saúde das populações – incluindo a educação para a saúde – e em particular das pessoas mais pobres e mais vulneráveis. Tal como

acontece em termos mais amplos com a agenda do desenvolvimento, também há que abordar as desigualdades na saúde. Os objetivos e metas devem levar os países e os parceiros da área do desenvolvimento a concentrarem-se na redução de disparidades entre as populações, ao mesmo tempo que aumentam a cobertura agregada. Tal deve ser feito tanto através do sistema de saúde, dado o seu potencial enquanto ‘equalizador’, como abordando as determinantes sociais da saúde, as quais têm implicações noutros setores.<sup>19</sup>

As determinantes sociais de cada um dos resultados do desenvolvimento são obviamente importantes, sendo como tal necessário combater a desigualdade em múltiplas dimensões. As determinantes sociais da saúde têm, contudo, uma proeminência particular por causa da força das evidências e dos processos de política internacional de longa data (incluindo o estabelecimento pela OMS, em 2005, de uma Comissão sobre as Determinantes Sociais da Saúde, e a subsequente Declaração Política do Rio, de 2011, que confirmou o compromisso dos estados).<sup>20</sup>

Alcançar uma cobertura universal dos serviços de saúde obriga os países a abordarem as múltiplas

barreiras – financeiras, sistémicas, culturais ou de políticas – no acesso e uso dos serviços e nas práticas. Para se aproveitarem as oportunidades catalisadoras da agenda pós-2015, vão ser precisos investimentos avultados que melhorem a qualidade e a frequência dos dados disponíveis – quer seja em sistemas rotineiros nacionais de gestão de informação de saúde, quer em dados de inquéritos, incluindo inquéritos demográficos e de saúde e inquéritos aglomerando indicadores múltiplos. Tem de ser implantado um processo inclusivo, com participação significativa da sociedade civil, para o desenvolvimento, implementação e monitorização do objetivo, de modo a fomentar em cada país um sentimento de verdadeira pertença e para reforçar a prestação de contas.

### METAS

1. Acabar com a mortalidade infantil e a mortalidade materna evitáveis
2. Alcançar a cobertura de saúde universal
3. Combater as determinantes sociais da saúde

## OBJETIVO 4: ATÉ 2030 VAMOS ASSEGURAR QUE AS CRIANÇAS RECEBEM EM TODO O LADO UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E QUE TÊM BONS RESULTADOS EM TERMOS DE APRENDIZAGEM

*“O aprender ajuda-nos a pensar em coisas boas e isso deixa-me contente. Mas detesto estar sentado numa sala de aula onde estejam demasiados estudantes. Tenho dificuldade em estar sentado numa sala de aula durante muito tempo.”*

Bereket, oitavo ano, Etiópia

A educação é um direito e é o alicerce do desenvolvimento. Praticamente todos os países que se desenvolveram rapidamente ao longo das últimas décadas possuíam sistemas de ensino robustos.

Houve aumentos impressionantes no acesso à educação. Atualmente apenas 10% das crianças em idade de frequentarem a escola primária estão fora do ensino.<sup>21</sup> Mas contudo o desafio de ‘chegar a zero’ continua a ser enorme.

Primeiramente, os progressos no acesso estão a abrandar. Estão ensombradas as esperanças de virmos a alcançar tanto o ODM de uma educação primária universal até 2015 como outros objetivos da iniciativa Educação Para Todos (EFA) – incluindo o objetivo da igualdade de género nas matrículas. Ainda que a disparidade entre rapazes e raparigas tenha diminuído, continua a haver menos 3,6 milhões de raparigas na escola primária a nível global do que seria o caso se houvesse paridade completa (refere o relatório de monitorização de 2011 da EFA).

Em segundo lugar, com os progressos que foram alcançados no acesso e na frequência, surgiram novos desafios – nomeadamente, os resultados da aprendizagem e a equidade. O colocar as crianças na escola é o início, e não o fim, do processo. Alcançar a meta zero em educação tem de significar que nenhuma criança deixa de aprender.

Todavia, os níveis atuais de aprendizagem são extremamente baixos. Cerca de 120 milhões de

crianças ou nunca foram à escola, ou abandonaram-na antes de chegarem ao quarto ano. Outros 130 milhões de crianças não conseguem adquirir competências básicas enquanto andam na escola.<sup>22</sup> A literacia e a numeracia não são o total da soma do ensino básico; entre outras coisas, o pensamento crítico e o conhecimento de contextos específicos são aprendizagens vitais. Estas competências básicas importantes são necessárias só por si, providenciando também os alicerces a partir dos quais as crianças prosseguem para aprendizagens mais amplas. Sem haver uma melhoria das aprendizagens, não vão ser mais anos de escola que vão ajudar as crianças – ou os seus países – a prosperarem no futuro.

Este enfoque na aprendizagem tem de ser combinado com um outro na equidade. As crianças mais pobres e mais marginalizadas têm frequentemente professores com menos formação, menos materiais didáticos e menos oportunidades para aprenderem fora da escola. Também têm menos probabilidades de beneficiarem de bons serviços para a primeira infância, apesar das evidências claras de que o apoio numa idade muito jovem ajuda a assegurar que as crianças conseguem aprender mais tarde na vida. Como resultado, as crianças pobres têm menos probabilidade de iniciarem a escola preparadas para aprenderem.<sup>23</sup>

O novo quadro de desenvolvimento tem de se concentrar na redução de disparidades na aprendizagem entre as crianças mais pobres e as mais ricas. Um enfoque explícito na equidade requer que os 10% de crianças mais pobres que estão atualmente fora da escola primária, estejam simultaneamente na escola e a aprender. Tal implicará ações orientadas, incluindo orientar o financiamento para incluir as crianças mais pobres, as crianças portadoras de deficiência, as raparigas, as crianças de comunidades étnicas minoritárias e as crianças que vivam em países afetados por conflitos ou em situações de emergência.

Por fim, também é preciso articular a educação com questões mais amplas sobre o modo de assegurar um crescimento inclusivo. O grande aumento de jovens torna esta questão essencial – a educação é especialmente importante ao ajudar os países a colherem potenciais dividendos demográficos. E combater a grande disparidade de gênero no ensino secundário em muitos países também constitui um desafio fundamental; para se alcançar um crescimento inclusivo será necessário que todos os jovens que entram no mercado de trabalho possuam as competências necessárias para encontrarem empregos produtivos e serem cidadãos ativos. É por isso que o ensino secundário deve incluir um enfoque em competências que os jovens precisem para uma transição bem-sucedida para a vida adulta.

Como com todos os objetivos, estas propostas são sugestões iniciais para serem debatidas. As discussões sobre o modo de avaliar os resultados da aprendizagem de modo a permitir comparações globais válidas são complicadas e fazem parte de um processo em curso. Há também méritos consideráveis em possuir um quadro de trabalho que disponha de algumas medidas centrais de aprendizagens globais,

completadas por metas ambiciosas a nível nacional – muitos países terão de procurar ir mais longe do que um conjunto de mínimos globais, precisando de se concentrarem em algo mais do que a literacia e a numeracia.

## METAS

1. Assegurar que todas as raparigas e rapazes alcançam bons resultados em termos de aprendizagem até aos 12 anos, reduzindo significativamente as disparidades entre os mais pobres e os mais ricos
2. Assegurar que as crianças mais pobres entrarão para a escola preparadas para aprender, tendo já alcançado bons níveis de desenvolvimento na primeira infância
3. Assegurar que todos os jovens possuem uma literacia e numeracia básicas, competências técnicas e aprendizagens para a vida que lhes permitam tornarem-se cidadãos ativos e com um emprego decente

## OBJETIVO 5: ATÉ 2030 VAMOS ASSEGURAR QUE TODAS AS CRIANÇAS VIVEM UMA VIDA LIVRE DE TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA, SÃO PROTEGIDAS EM SITUAÇÕES DE CONFLITO E CRESCEM NUM AMBIENTE FAMILIAR SEGURO

*“Todas as crianças estavam amedrontadas de ir para a frente de guerra, mas não tinham escolha. Mandavam-nas avançar enquanto os adultos ficavam para trás. Se nos recusássemos, seríamos mortos... No meu batalhão havia seis raparigas. Foram todas sexualmente violadas.”*

Christophe, 17 anos, raptado por um grupo armado no leste da República Democrática do Congo<sup>24</sup>

*“Tinha 12 anos quando fui violada pela primeira vez. Quando voltava do mercado, atravessei o pátio da escola... O diretor da escola levou-me para dentro da sala [de aula] e violou-me. Ameaçou matar-me e à minha mãe se eu contasse a alguém.”*

Catherine, 14 anos, estado de Kaduna, Nigéria<sup>25</sup>

Em todos os países, culturas e sociedades as crianças enfrentam várias formas de abuso, negligência, exploração e violência. A violência tem lugar em casa, na escola, em instituições, no trabalho e na comunidade. As crianças são vulneráveis à violência e ao abuso de uma maneira única, dada a fase de vida em que estão e a sua dependência dos adultos, e os desastres humanitários tornam as crianças especialmente vulneráveis. As situações de emergência levaram a que 20 milhões de raparigas e rapazes fossem obrigados a fugir de suas casas e mais de um milhão de crianças ficaram órfãs ou foram separadas das suas famílias. Muitas destas crianças que foram separadas acabam institucionalizadas.

Pouco mais de mil milhões de crianças vivem em países ou territórios afetados por conflitos armados.<sup>26</sup> Nenhum país fragilizado de baixos rendimentos ou afetado por conflitos conseguiu ainda alcançar um único Objetivo de Desenvolvimento do Milénio.<sup>27</sup> Com efeito, a Equipa de Trabalho Pós-2015 da ONU reconheceu que “a violência e a fragilidade tornaram-se os maiores obstáculos aos ODMs.” É uma afronta que em pelo menos 13 países as crianças continuem a

ser recrutadas para as forças e grupos armados, e que milhões de crianças tenham passado pela experiência da violação e de outras formas de violência sexual desencadeadas por uma situação de conflito.<sup>28</sup> Por exemplo, em 2008, na República Democrática do Congo, o Fundo das Nações Unidas para a População registou quase 16.000 casos de violência sexual contra mulheres e raparigas. Desses casos, 65% envolviam crianças, na sua maioria raparigas adolescentes. Entretanto, em 2006, a *Lancet* publicou uma investigação estimando que quase um quinto das raparigas foram violadas nas zonas urbanas de Port-au-Prince durante a revolta armada, entre fevereiro de 2004 e dezembro de 2005.<sup>29</sup>

Contudo, a violência contra as crianças tem lugar em todos os contextos e tem consequências sérias para o desenvolvimento da criança. Estima-se que entre 500 milhões e 1,5 mil milhões de crianças passem anualmente por situações de violência.<sup>30</sup> Todos os anos, 150 milhões de raparigas e 73 milhões de rapazes no mundo inteiro são violadas/os ou sujeitos a violência sexual.<sup>31</sup> Em muitos países, a violência contra as crianças, como no caso dos castigos corporais, continua a ser legal e socialmente aceite. Três em cada quatro crianças passam por situações de disciplina violenta em casa.<sup>32</sup> Há mais de 17,5 milhões de crianças com menos de 18 anos que perderam um ou ambos os pais devido à SIDA.<sup>33</sup> Mais de 2 milhões de crianças pelo mundo inteiro vivem em instituições de acolhimento<sup>34</sup> onde a violência e o abuso são muitas vezes práticas correntes. A investigação realça os impactos negativos da exposição e da vivência da violência sobre o desenvolvimento das crianças, para além dos custos económicos e sociais para a sociedade.

No entanto, como o Secretário-Geral da ONU indicou, “nenhuma violência contra as crianças é justificável e toda a violência contra as crianças é evitável.”<sup>35</sup>

E de facto, tem havido alguns progressos. Os castigos corporais são atualmente proibidos por lei em 33 dos 193 estados.<sup>36</sup> Foram adotadas novas normas internacionais sobre a proteção da criança e foram acordados planos de ação sobre a violência contra as crianças, sobre o abuso e a exploração sexuais de crianças, e sobre as redes de acolhimento alternativo para crianças.<sup>37</sup>

Mas os progressos foram demasiado limitados e demasiado lentos. Isto deve-se em parte ao facto de o direito das crianças à proteção entrar por vezes em conflito com normas e comportamentos sociais profundamente enraizados. Por exemplo, as crianças portadoras de deficiências ou com VIH enfrentam frequentemente estigmas e são mais vulneráveis às situações de abuso. A discriminação com base no género leva milhões de raparigas a casamentos precoces, colocando muitas delas em situação de maior risco de violência e de abuso. A ‘disciplina’ violenta contra as crianças em casa e nas escolas é uma norma em muitos países pelo mundo fora.

Para que as crianças mais marginalizadas e excluídas estejam protegidas, há que dar uma atenção essencial à equidade. Houve recentemente uma mudança no mundo em desenvolvimento, passando da resposta aos problemas de grupos particulares (como as crianças de rua, ou as afetadas por abusos sexuais) para uma abordagem mais abrangente, holística e intersectorial, capaz de responder às diferentes necessidades de proteção de todas as crianças e de melhorar a prevenção. Esta abordagem implica construir e reforçar sistemas nacionais de proteção da criança e baseados nas comunidades, incluindo

também a deslocação de investimentos das instituições de acolhimento para um acolhimento seguro e assente na família, baseado no conhecimento de que as crianças crescem melhor num ambiente familiar seguro (seja com a família em que nasceram, ou com outra).

São necessárias reformas legislativas que proíbam as formas de violência. Deve ser encorajada a participação das crianças na governação e os sistemas nacionais de recolha de dados fidedignos sobre a proteção da criança constituem componentes fortes de uma abordagem baseada em sistemas, sendo necessários em todos os países.

## METAS

1. Acabar com as mortes infantis resultantes de conflitos armados e diminuir para metade o número de mortes violentas de crianças que não resultam de conflitos (e.g., o homicídio intencional)
2. Diminuir para metade o número de crianças que são sujeitas a violência sexual e a abusos de qualquer forma
3. Diminuir para metade o número de crianças sujeitas a disciplina violenta em casa
4. Diminuir para metade o número de crianças que vivem desnecessariamente fora dos cuidados de uma família<sup>38</sup> (incluindo crianças afetadas por situações de emergência)



## OBJETIVO 6: ATÉ 2030 A GOVERNAÇÃO SERÁ MAIS ABERTA, RESPONSÁVEL E INCLUSIVA

*“Fomos qualificados com capacidades de liderança de que precisamos no futuro, e fomos formados como cidadãos responsáveis. Aprendi a ter uma atitude positiva no que quer que queira alcançar na vida. Já não há limites. As crianças agora estão a envolver-se em questões que têm a ver com o desenvolvimento da sua vila.”*

Donovan, um delegado jovem envolvido na Zimbabwe Child and Youth Budget Network [Rede Orçamental Infantil e Juvenil do Zimbabwe]

Um sistema de governação transparente, que encoraje a participação e proporcione efetivamente bens e serviços públicos é essencial para satisfazer as necessidades dos cidadãos de um país de uma forma sustentável. De acordo com a Presidente liberiana Ellen Johnson Sirleaf, “à medida que os sistemas de democracia, de transparência e de prestação de contas são reforçados, à medida que a sua capacidade melhora, as nações africanas vão adquirindo de um modo crescente as competências técnicas para se apropriarem das suas políticas de desenvolvimento.”<sup>39</sup> De igual modo, o primeiro-ministro britânico David Cameron enfatizou o “fio de ouro” das condições que permitem que as economias abertas e as sociedades abertas prosperem, incluindo o estado de direito, a ausência de conflitos e de corrupção, e a existência de direitos de propriedade e de instituições fortes. Questões estas que estiveram particularmente ausentes dos ODMs.

A existência de uma governação mais aberta, responsável e inclusiva comporta pelo menos três coisas. Primeiro, a **transparência**; a informação sobre a elaboração de políticas e a orçamentação têm de ser disponibilizadas ao público num formato acessível. Segundo, a **participação**; o público (incluindo os grupos marginalizados e excluídos) tem de ter informação, liberdade e poder para se envolver nos processos de elaboração de políticas e de orçamentação. Terceiro, a **prestação de**

**contas**; o governo assegura a prestação efetiva e equitativa de bens públicos e os cidadãos são capazes de responsabilizar os governos e outros atores políticos.<sup>40</sup>

Os estados afetados por conflitos e fragilizados apresentam talvez as condições mais controversas para uma governação aberta, responsável e inclusiva – e para a concretização mais ampla dos objetivos de desenvolvimento. Os estados fragilizados representam apenas um quinto da população dos países em desenvolvimento, mas contêm um terço das pessoas que vivem em situações de pobreza extrema, metade das crianças que não frequentam a escola primária e metade das crianças que morrem antes de perfazerem cinco anos de idade. Um novo quadro de trabalho precisa de ter em consideração os diferentes contextos de governação e de se comprometer com a concretização progressiva dos objetivos de desenvolvimento, mesmo nas situações mais difíceis e que nos põem mais à prova.

Ao mesmo tempo, a mistura de objetivos selecionados para o quadro de trabalho após 2015 pode ter um impacto importante na prevenção e redução de conflitos e fragilidades. Das sete questões prioritárias identificadas pela Saferworld como sendo importantes para a redução de conflitos e fragilidades, quatro delas estão diretamente relacionadas com o nosso Objetivo 6, onde propomos uma governação mais aberta, responsável e inclusiva.<sup>41</sup> As quatro prioridades são:

- Todos os estados são capazes de gerir receitas e desempenhar funções essenciais de um modo eficaz e prestando contas.
- Todos os grupos sociais podem participar nas decisões que afetam a sociedade.
- Todos os grupos sociais têm igual acesso à justiça.
- Todos os grupos sociais têm acesso a uma prestação de serviços sociais equitativa e responsável.

Todos os países – dos mais fragilizados e afetados por conflitos aos que possuem as tradições mais antigas de democracia – podem operar melhorias em termos de transparência, participação e prestação de contas. Para que seja reconhecida a importância de um governo aberto em si mesmo e também para se conseguir reduções sustentáveis na pobreza absoluta, devem ser incluídas no quadro que substitui os ODMs várias facetas da governação aberta, responsável e inclusiva.

## METAS

1. Assegurar que todos os países têm uma **governança transparente**, com uma orçamentação aberta, liberdade de informação e relatórios empresariais completos
2. Assegurar que todos os países têm uma **governança participativa**, com maior liberdade de expressão, de imprensa e de escolha política
3. Assegurar que todos os países têm uma **governança responsável**, com compromissos para com o estado de direito, serviços públicos mais equitativos e efetivos, e uma corrupção reduzida

# 3 CRIAR AMBIENTES SOLIDÁRIOS E SUSTENTÁVEIS

Os seis objetivos prioritários da Save the Children foram apresentados no Capítulo 2. Estes objetivos resultam da informação e da vasta experiência de trabalho sobre o desenvolvimento infantil no mundo inteiro. São os tijolos de uma vida saudável e produtiva.

Neste capítulo apresentamos quatro objetivos adicionais que vão ajudar a criar um ambiente solidário e sustentável para o desenvolvimento humano, englobando a mobilização de recursos e questões de sustentabilidade ambiental, a redução de situações de desastre e o acesso à energia. As nossas propostas são complementadas pelo trabalho de outras organizações especializadas, como as agências ambientais, a que recorrem bastante nalgumas partes. Também se baseiam em iniciativas e compromissos pré-existentes, como a iniciativa Energia para Todos do Secretário-Geral das Nações Unidas e a Parceria Global para a Cooperação Eficaz para o Desenvolvimento.

## OBJETIVO 7: ATÉ 2030 TEREMOS PARCERIAS GLOBAIS ROBUSTAS PARA UM USO MAIOR E MAIS EFICAZ DOS RECURSOS FINANCEIROS

A mobilização adequada de recursos não é em si própria suficiente para assegurar o desenvolvimento humano, mas é certamente necessária. Os países com baixo rendimento estão a trabalhar, por definição, com um rendimento de menos de cerca de \$1.000 dólares por pessoa ao ano, o que cria vastos desafios de um tipo em grande parte esquecido nos países desenvolvidos.

Em 2005, o financiamento adicional necessário para cumprir os ODMs foi calculado em \$50 mil milhões de dólares por ano. Através destes cálculos e da pressão política com eles relacionada, a existência

dos ODMs parece ter levado a uma melhoria no financiamento, quer a partir de fontes nacionais quer dos doadores.<sup>1</sup>

Para os países desenvolvidos, as finanças aqui referem-se obviamente à ajuda internacional. No seu melhor, a ajuda abrange financiamento especificamente dirigido ao desenvolvimento humano. Os países desenvolvidos comprometeram-se na década de 1970 em dar 0,7% da sua riqueza nacional em ajuda internacional. Um punhado de países já ultrapassaram esta meta – por exemplo, a Dinamarca, o Luxemburgo e a Suécia – e um punhado de outros, incluindo o Reino Unido, estão em vias de a alcançar em breve.<sup>2</sup> É vital que outros lhes sigam o exemplo. Nalguns países de baixo rendimento, a ajuda internacional fornece um quarto do orçamento para a educação.<sup>3</sup>

A qualidade da ajuda é tão importante como a sua quantidade. É vital assegurar a qualidade para se aproveitar da melhor maneira os recursos disponíveis. Se todos os países prestassem ajuda de uma forma transparente, os ganhos de eficácia podiam equivaler a uns \$3 mil milhões de dólares adicionais. A ajuda dos doadores desvinculada de programas pode aumentar o seu valor em 15-30%.

Contudo, o financiamento internacional para o desenvolvimento já não diz apenas respeito aos países desenvolvidos que dão ajuda aos países em desenvolvimento. Está a aumentar rapidamente a cooperação financeira sul-sul, em que países do sul negociam entre si acordos de financiamento para benefício mútuo, acreditando-se que esta era de cerca de \$12-14 mil milhões de dólares em 2008, embora a falta de dados disponíveis torne o valor global desta atividade difícil de calcular.<sup>4</sup> O investimento direto estrangeiro (IDE) também é um impulsionador essencial do desenvolvimento – estimulando o crescimento económico local, a criação de emprego e o desenvolvimento de infraestruturas. Em 2010, o IDE ultrapassou a assistência ao desenvolvimento no exterior enquanto fonte primária de capital internacional que entra em África.<sup>5</sup>

O papel do setor privado é claramente importante, e subsistem questões sobre a natureza e extensão dos benefícios do IDE, em particular em países de baixo rendimento.<sup>6</sup>

É possível identificar três passos que asseguram um impacto mais positivo no desenvolvimento:

1. medidas que assegurem que todas as empresas aplicam uma abordagem de ‘não causar danos’ nos seus negócios principais (através da avaliação e divulgação dos impactos sociais dos seus produtos, como os substitutos para o leite materno); nas suas práticas (como as normas laborais ou as estratégias fiscais); e nos seus impactos indiretos (como as suas pegadas ambientais)
2. moldar as estratégias dos principais negócios de modo a contribuírem para os objetivos do desenvolvimento
3. defender a mudança a nível nacional e global (um exemplo disto é a liderança da Aviva em termos de transparência empresarial na cimeira Rio+20).<sup>7</sup>

Porém, em todos os países os alicerces financeiros do desenvolvimento são os impostos. Em 2009, os recursos internos proporcionaram cerca de dois terços da despesa pública em países de baixo rendimento, comparado com pouco menos de metade em 2000; este número só irá provavelmente subir à medida que os países cresçam e o esforço fiscal aumente.<sup>8</sup> O aumento da mobilização de recursos internos traz uma multitude de benefícios.<sup>9</sup> Aumenta a receita pública. Ajuda a criar um sentido de cidadania, e reciprocamente torna o governo mais responsável perante os seus cidadãos, de modo que as receitas são suscetíveis de serem melhor gastas. Se os impostos forem aplicados de uma maneira progressiva, combatem diretamente a desigualdade. E se houver um combate à fuga e à evasão fiscais, isso ajuda a promover um sentido de tratamento equitativo. O oposto, com a perda de receita fiscal e dos serviços correspondentes, e com um enfraquecimento potencial do contrato social, tem impactos óbvios. Há uma estimativa que indica que o combate aos abusos fiscais internacionais traria um benefício potencial na redução da mortalidade em crianças menores de cinco anos de 1.000 mortos por dia.<sup>10</sup>

Esta não é apenas uma questão interna. Ainda que a ajuda internacional possa ser o elemento financeiro mais óbvio do desenvolvimento para as pessoas nos países ricos, esses mesmos países detêm uma grande responsabilidade pelas fraquezas do sistema

internacional que promovem a fraude fiscal e a grande corrupção. Um compromisso de transparência internacional – em que os países se notifiquem mutuamente sobre as contas bancárias, as empresas e outros veículos financeiros dos seus cidadãos – iluminaria com grande eficácia os fluxos financeiros ilícitos, limitando as perdas fiscais que se estima ultrapassarem as receitas da ajuda internacional.<sup>11</sup>

Por fim, o dinheiro não é o único recurso global; os outros são o espírito inventivo e a tecnologia. Os acordos comerciais devem maximizar os recursos disponíveis para o desenvolvimento, facilitando o equilíbrio entre a necessidade de partilhar o know-how sobre inovações cruciais subjacentes ao desenvolvimento – como as tecnologias de informação, os produtos nutritivos e os medicamentos – e a necessidade dos criadores de protegerem a sua propriedade intelectual. No setor da saúde, por exemplo, as leis da propriedade intelectual devem ser implementadas com total flexibilidade para assegurar que os países de rendimentos mais baixos que enfrentam crises de saúde são capazes de licenciar e adquirir fornecimentos alternativos de medicamentos essenciais, sem infringirem as leis da propriedade intelectual nos mercados dos países desenvolvidos.

## OBJETIVO 8: ATÉ 2030 VAMOS CONSTRUIR SOCIEDADES RESILIENTES ÀS SITUAÇÕES DE DESASTRE

O Hung tem 17 anos e vive numa zona rural do Vietname. A sua família enfrentou recentemente múltiplas crises. Uma grave tempestade de granizo em 2006 danificou 500 árvores de citrinos, custando à família 14 milhões de dong vietnamitas (VND). As cheias de 2008 danificaram as suas colheitas de laranjas e custaram 40 milhões de VND. Depois, a febre aftosa matou-lhes os porcos numa perda de 100 milhões de VND. A seguir, o irmão do Hung precisou de ser operado, o que custou 30 milhões de VND. Em resultado, o Hung teve de ir trabalhar; reprovou nos exames do ensino secundário.

Desde 1992, os desastres afetaram 4,4 mil milhões de pessoas.<sup>12</sup> No decurso dos próximos 20 anos, o risco de desastres aumentará à medida que mais pessoas e ativos se localizam em zonas expostas a riscos, e na medida em que as alterações climáticas aumentam

de modo imprevisível a severidade e a frequência de desastres como perdas de colheitas, cheias e alterações nos padrões de doenças.

Os desastres podem ocorrer subitamente e serem inequívocos, mas as crises também podem surgir de modo lento e insidioso. Uma série de anos de seca e más colheitas pode representar uma crise tão grande como um terremoto.

Os desastres provocados pelo homem e os desastres naturais combinam-se frequentemente com outras dificuldades, como os aumentos dos preços alimentares ou uma doença do sustento da família, criando ‘choques múltiplos’ que podem ter consequências irreversíveis. Na Etiópia, a investigação Vidas Jovens da Save the Children demonstrou que, durante um período de quatro anos, 87% dos agregados familiares sofreram pelo menos um acontecimento adverso, e mais de metade relatou três ou mais destes acontecimentos.

As crises também agravam a desigualdade. Por exemplo, uma investigação da Save the Children descobriu que na Etiópia os agregados familiares mais pobres eram seis vezes mais suscetíveis de serem afetados pela seca do que os agregados menos pobres.<sup>13</sup> As mulheres e as crianças têm 14 vezes mais probabilidades de morrer em desastres do que os homens. Tal como com os outros objetivos, é importante assegurar que os recursos que criam resiliência às situações de desastres se encontram equitativamente distribuídos.

Os desastres constituem uma das principais restrições ao progresso global na vigência de um quadro de trabalho universal. Normalmente não é possível prevêê-los, mas pode-se prever o seu impacto devastador sobre as pessoas e o desenvolvimento. Tem havido alguns êxitos nesta área. O número de pessoas que morrem em situações de desastre está a diminuir, em grande parte devido à melhoria dos sistemas de alerta precoces. Contudo, o número de pessoas afetadas por desastres continua a subir. Propomos metas a todas as nações para:

- desenvolver planos de situações de desastre
- diminuir para metade as taxas de mortalidade e as perdas económicas relacionadas com os desastres
- eliminar os impactos negativos dos desastres sobre os níveis de pobreza absoluta, multidimensional e relativa.

## OBJETIVO 9: ATÉ 2030 VAMOS ASSEGURAR A TODOS UM AMBIENTE SUSTENTÁVEL, SAUDÁVEL E RESILIENTE

*“Sempre houve alimentação de reserva no celeiro. Também havia boas pastagens para os animais. Mas hoje em dia, a escassez de chuva tornou-se frequente e só há uns quantos rios seguros.”*

Um prestador de cuidados numa zona rural da Etiópia

Desde 2000 que tem havido grandes melhorias nos indicadores do desenvolvimento humano, mas bem menos foi alcançado em termos de melhoria da sustentabilidade a longo prazo dos recursos naturais básicos,<sup>14</sup> apesar de a saúde e a prosperidade humanas dependerem destes.<sup>15</sup> Além disso, os benefícios advindos da exploração dos recursos do planeta beneficiaram os ricos de uma maneira desproporcionada à custa dos pobres do mundo.<sup>16</sup>

Ao olharmos para 2030, é difícil perceber como é que, à medida que atingimos rapidamente os limites ambientais, se conseguirá dar comida, água e energia a uma população global de entre 8 e 9 mil milhões de pessoas,<sup>17</sup> de um modo sustentável e equitativo, sem uma alteração significativa do modo como os recursos ambientais são percebidos, governados e geridos.

Desde que foi acordado o último quadro de desenvolvimento, melhorou bastante a nossa compreensão do modo como os sistemas naturais são importantes ao influenciarem o bem-estar e a prosperidade humanas.<sup>18</sup> Atualmente, é amplamente aceite que a redução da pobreza e o fortalecimento da resiliência das comunidades assentam, em parte, na gestão sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas de que eles derivam.<sup>19</sup> As pessoas em situação de pobreza não só são mais suscetíveis do que outros grupos a dependerem do ambiente para o seu bem-estar imediato, como têm mais probabilidades de serem privadas do acesso aos recursos ambientais, e de estarem mais expostas a riscos ambientais<sup>20</sup> como alterações climáticas e poluição atmosférica, limitando assim os seus resultados em termos de rendimento, saúde e educação. A sustentabilidade ambiental é por isso tão central para os resultados desejados para o próximo quadro de desenvolvimento como os objetivos enunciados nas secções anteriores. Assim, é também

necessária uma ação concertada para reduzir as desigualdades ambientais.

Embora reconheçamos a importância destas questões para o desenvolvimento humano, muitos dos detalhes que lhes são subjacentes ultrapassam os conhecimentos da Save the Children. Com essa advertência, propusemos quatro metas – ver em seguida – que visam abordar as grandes áreas em que temos definitivamente de progredir enquanto comunidade global, se quisermos atingir um desenvolvimento humano sustentável durante um prazo de tempo mais longo. Reconhecemos, no entanto, que outras organizações mais focadas em questões ambientais poderão estar melhor colocadas para deliberarem sobre o teor das mesmas.

### ELIMINAR DESIGUALDADES AMBIENTAIS – O PESO AMBIENTAL DA DOENÇA

A poluição e a degradação ambiental continuam a ser uma das principais fontes de riscos para a saúde em todo o mundo. A Organização Mundial de Saúde estima que, em termos globais, quase um quarto de todas as mortes e da incidência total das doenças possa ser atribuído ao ambiente; e que entre as crianças, os fatores de risco ambiental podem ser responsáveis por quase um terço da incidência das doenças.<sup>21</sup> As desigualdades na exposição aos riscos e poluentes ambientais estão em crescimento tanto nos países em desenvolvimento como nos desenvolvidos.<sup>22</sup> Deste modo, um quadro que vise reduzir as desigualdades tem de combater as causas ambientais dos problemas de saúde. Uma maneira de o fazer é incluir uma meta que reduza de modo significativo os impactos da poluição ambiental na saúde humana.<sup>23</sup>

### PROTEGER CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

De todas as ameaças ambientais à saúde e ao bem-estar humanos, as alterações climáticas são provavelmente as maiores. Estas já começam a afetar as pessoas mais pobres e mais marginalizadas, em primeiro lugar e da pior maneira.<sup>24</sup> Entretanto, as crianças ficam particularmente vulneráveis.<sup>25</sup> Há uma estimativa que sugere que até 2050 os efeitos da alteração climática podem levar à existência de mais 25 milhões de crianças subnutridas.<sup>26</sup> No entanto, estão visivelmente a fracassar as tentativas globais de redução das emissões de gases com efeito de estufa. A alteração climática e a acidificação dos

oceanos no mundo inteiro que lhe está intimamente associada ameaçam agudizar as desigualdades em termos de saúde e rendimento, à medida que os sistemas ambientais e os recursos naturais já limitados – incluindo a comida e a água – ficam sujeitos a uma pressão crescente, e que se alteram a dinâmica e a distribuição das doenças transmissíveis.<sup>27</sup> Por conseguinte, as alterações climáticas têm o potencial de inverter os progressos alcançados durante os últimos anos em termos de redução da pobreza, saúde humana e sustentabilidade ambiental.<sup>28</sup> Por esta razão, são necessárias ações urgentes para reduzir as emissões e combater os impactos que já se fazem sentir.

A redução de emissões em simultâneo com o apoio às prioridades de crescimento das nações em desenvolvimento constitui um desafio enorme, mas que não é intransponível. O próximo quadro de desenvolvimento tem de desempenhar um papel essencial na preparação dos países para os impactos das alterações climáticas, no possibilitar que os países façam a transição para vias de desenvolvimento que não repitam os erros sujos do passado, e no reforço das responsabilidades dos países desenvolvidos em termos de redução de emissões. Propomos uma meta que fomente o progresso na redução das emissões e dos impactos ambientais nas próximas duas décadas. A nossa capacidade de cumprir esta meta dependerá das ações que os países tomem para prepararem e implementarem estratégias nacionais ambiciosas de adaptação e de mitigação.

### RESTAURAR E CONSERVAR OS RECURSOS NATURAIS BÁSICOS

A comida, a água, a energia e a terra são nucleares para o desenvolvimento humano. Estes (juntamente com todos os outros recursos naturais) são fornecidos pelos ecossistemas e pela biodiversidade, os quais se encontram em declínio no mundo inteiro devido à sobre-exploração, à conversão e à poluição.<sup>29</sup> À medida que os ecossistemas entram em declínio, o mesmo acontece com os serviços que eles fornecem: a função de regulação climática dos ecossistemas, por exemplo, está a ficar comprometida à medida que os habitats ricos em carbono se degradam. Há a possibilidade de o quadro de trabalho combater isto através da inclusão de uma meta assente no teor das metas de Aichi sobre a proteção e restauração de ecossistemas, como as zonas costeiras e as florestas, e tendo em conta a importância da biodiversidade.<sup>30</sup>

## CONSUMO E PRODUÇÃO DE RECURSOS

Permanecer dentro dos limites ambientais tornar-se-á cada vez mais difícil, à medida que as restantes 1,3 mil milhões de pessoas forem saindo da situação de pobreza, o que irá exigir necessariamente um consumo crescente dos recursos naturais. É um desafio enorme assegurar que os níveis de consumo permanecem dentro de limites sustentáveis, quando ao mesmo tempo se permite aos países em desenvolvimento que as suas economias cresçam e que os seus padrões de vida melhorem. A melhoria da sustentabilidade do consumo e da produção de recursos é essencial. E, no entanto, tem sido demorado chegar a este acordo global sobre o consumo e a produção sustentáveis (CPS) e a sua implementação tem sido ainda mais lenta. Tal como foi salientado na Rio+20, os governos, juntamente com o setor privado, têm um papel principal a desempenhar para assegurarem que o valor total dos sistemas naturais é reconhecido e integrado nos processos de tomada de decisões económicas, incluindo na contabilidade nacional. Os governos são igualmente essenciais no desenvolvimento e implementação de estratégias de CPS que reduzam as desigualdades e os impactos ambientais, e que reforcem a transparência e os mecanismos de prestação de contas. O acordo sobre CPS alcançado na Rio+20 deve ser incluído no novo quadro de trabalho.<sup>31</sup>

## OBJETIVO 10: ATÉ 2030 VAMOS PROVIDENCIAR ENERGIA SUSTENTÁVEL A TODOS

*“Usávamos uma vela... era assim que nos costumávamos iluminar. A minha filha ficava mesmo afetada uma vez que o fumo lhe entrava para o nariz,” diz Carmen do Peru. A família já se mudou atualmente. “A minha filha agora sente-se bastante mais contente. Diz que com a eletricidade já tem tudo” diz Carmen.*

A energia potencia a oportunidade, ainda que tenha sido uma questão de desenvolvimento grosseiramente negligenciada. Cerca de 70% da população da África subsaariana não tem acesso a eletricidade.<sup>32</sup> Com a eletricidade, as pessoas podem estudar depois do anoitecer, a água pode ser bombeada e a comida e os medicamentos podem ser refrigerados. Uma

percentagem ainda maior da população da África subsaariana – 80% – continua a cozinhar com biomassa ou emlareiras, gerando fumo tóxico que conduz a doenças pulmonares. Este fumo tóxico mata 2 milhões de pessoas ao ano em termos globais, mais do que o número conjunto de pessoas mortas pela malária e pela tuberculose.<sup>33</sup> Com os novos métodos de cozinhar e de aquecer a comida, as mulheres poupam as horas anteriormente gastas a recolher combustível – tempo que pode ser gasto a ganhar dinheiro, a prestar cuidados ou a aprender.

A energia moderna também aumenta as oportunidades de negócios. Uma lavradora que consiga irrigar os seus campos pode duplicar o tamanho da colheita. Uma máquina de costura elétrica pode ser uma ferramenta inestimável para ganhar dinheiro. E com uma lâmpada elétrica pode-se ganhar mais dinheiro ao anoitecer. De acordo com a ONG Practical Action [Ação Prática], “O acesso universal a energia elétrica provocaria uma mudança significativa na redução da pobreza e ajudaria milhares de milhões a saírem da escuridão e da labuta que tantos são obrigados a aguentar diariamente.”<sup>34</sup>

Nos ODMs não surgiu uma meta específica sobre a energia. Contudo, os avanços numa série de tecnologias geradoras de energia significam que é atualmente viável uma implantação muito difundida de novas formas de energia. A energia renovável é muitas vezes a maneira mais eficaz e menos custosa de proporcionar acesso a energia moderna na África subsaariana.<sup>35</sup>

A iniciativa da ONU Energia Sustentável para Todos (SE4ALL), lançada em 2012, estabeleceu objetivos de acesso universal a serviços modernos de energia até 2030, bem como a erradicação de mortes evitáveis provocadas por fogões e lareiras, duplicando a quota de fontes de energia renovável na composição da energia a nível global, e duplicando a taxa de melhorias em termos de eficiência energética. Nós propomos que estas metas sejam incluídas no próximo quadro de desenvolvimento. Os indicadores estão atualmente a ser concebidos pelo Global Tracking Framework [Quadro Global de Acompanhamento] da SE4ALL, o qual inclui o Banco Mundial, a ONG Practical Action e outras partes interessadas. Será necessário que os indicadores abranjam os agregados familiares, as instalações comunitárias e os negócios.

Contudo, alcançar o acesso universal a energia moderna vai exigir esforços consideráveis. Segundo as atuais tendências, a situação pouco melhorará no espaço de uma geração por comparação com hoje.<sup>36</sup> Mas apesar disso, alguns países tiveram grandes progressos, demonstrando que é possível. Na Tailândia, a percentagem de população com eletricidade passou de 25% para quase 100% numa

década. As considerações referentes à equidade também são essenciais. O investimento no setor energético dos países em desenvolvimento aumentou consideravelmente ao longo das recentes décadas, mas o número de pessoas com acesso a energia tem mudado lentamente – o investimento tendeu a beneficiar aqueles que já tinham acesso.<sup>37</sup>



# 4 APOIO INSTITUCIONAL E MECANISMOS CAPACITANTES

Os dez objetivos de desenvolvimento precisam de estar incorporados em sistemas globais que acelerem a sua concretização. Para que isto seja sustentável, o quadro que substitui os ODMs precisa de incluir apoio institucional. Propomos três áreas para este tipo de apoio: o financiamento e a coerência de políticas para o desenvolvimento; a prestação de contas a nível internacional; e a disponibilidade de dados que monitorizem os resultados e apoiem a prestação de contas.

Na sua maioria, estas propostas não são inteiramente originais. Pelo contrário, refletem o pensamento de vários especialistas, instituições e processos relevantes.

## FINANCIAMENTO E COERÊNCIA DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO

No sentido de reforçar o seu compromisso para com o quadro pós-2015, cada país deve fornecer em anexo um plano nacional de implementação e uma estratégia financeira. Nalguns países, tal pode ser uma parte nuclear do plano nacional de desenvolvimento ou o quadro de despesas a médio prazo (QDMP). O plano de financiamento deve identificar as fontes potenciais de financiamento para os progressos planeados e custeados para cada objetivo; estas são suscetíveis de incluir uma combinação de impostos, de investimento privado estrangeiro e nacional, e de ajuda internacional. Para além de identificar as fontes financeiras, a estratégia deve referir outras mudanças de política propostas para apoiar a estratégia financeira, como seja uma estratégia de crescimento, ou um reforço proposto das regras dos preços das transferências internacionais.

A atenção a prestar à distribuição equitativa do investimento deve ser central à estratégia de financiamento. Cada país deve identificar os níveis adequados de investimento por área, setor

e população-alvo. Contudo, tal terá de ser feito de modo a não incentivar o financiamento de compartimentos estanques, mas sim reconhecendo que os investimentos numa área podem ser essenciais para a concretização de resultados numa outra, como com a água potável e a nutrição.

Este tipo de estratégia irá também servir de suporte a um maior grau de coerência de políticas para o desenvolvimento, ajudando a identificar e a eliminar todo o tipo de políticas que possam prejudicar as expectativas das pessoas mais pobres e mais marginalizadas – não apenas as políticas rotuladas de ‘desenvolvimento’ nos países mais ricos, como também as políticas relativas ao comércio, finanças, agricultura e investimento. Os compromissos da União Europeia em termos de coerência de políticas para o desenvolvimento (e.g., as Conclusões do Conselho de novembro de 2009) fornecem uma base sólida a partir da qual se pode desenvolver um futuro acordo global.

Os países doadores devem também identificar as contribuições que tenham planeado em termos de ajuda internacional. Estas estratégias devem abranger antecipadamente vários anos, como se faz nos QDMPs usados frequentemente, no contexto da visão de desenvolvimento a longo prazo de um país para a próxima geração.

Os compromissos potenciais a nível nacional podem incluir:

- uma percentagem do PIB a ser gasta em setores ou grupos populacionais chave (incluindo as crianças)
- metas de mobilização de recursos fiscais e internos, como sejam as metas de Abuja
- metas de transparência orçamental e de doadores a nível nacional (reafirmando os princípios de Busan sobre a cooperação efetiva para o desenvolvimento – e.g., transparência/harmonização) e a cooperação triangular
- metas do setor privado relativas a gastos alinhados e a transparência.

## PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para melhorar os incentivos à implementação do quadro que substitui os ODMs, é necessário que este seja acompanhado por um mecanismo formal de prestação de contas e elaboração de relatórios, que proporcione uma via de prestação de contas às pessoas pobres e vulneráveis. Isto encontra-se intimamente ligado com a disponibilidade de dados sobre os progressos (ver adiante) e com a elaboração de relatórios transparentes sobre esses dados.

Existe uma série de mecanismos de prestação de contas sobre o cumprimento dos direitos das crianças que proporcionam ensinamentos úteis para o quadro de trabalho pós-2015. Estes incluem procedimentos para a elaboração de relatórios relativos à Convenção dos Direitos da Criança e aos Protocolos Opcionais que lhe estão associados, o Comité sobre os Direitos da Criança, os Procedimentos Especiais da ONU centrados na criança (como os Relatores Especiais e os Grupos de Trabalho), e os mecanismos regionais de direitos da criança (como o Comité Africano sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança). Há também ensinamentos a retirar das políticas de salvaguarda e dos mecanismos de prestação de contas das instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial, e das entidades setoriais inovadoras de prestação de contas, como a Comissão sobre Informação e Prestação de Contas, relacionada com a iniciativa do Secretário-Geral da ONU Every Woman, Every Child [Todas as Mulheres, Todas as Crianças].

## DISPONIBILIDADE DE DADOS

A informação fidedigna sobre o estado do desenvolvimento humano – especialmente os dados separados por diferentes grupos, como as mulheres e os homens, ou as raparigas e os rapazes – é de uma inconsistência chocante e, por conseguinte, não é de

confiança. Além disso, os dados que existem podem não ser os mais significativos. Por exemplo, a maioria dos países só fornece dados sobre as matrículas escolares e a conclusão de estudos. O Gana foi um dos países que foi para além disto – os dados desagregados fornecidos sobre os resultados das aprendizagens, citados anteriormente (ver página 10), revelam a questão crucial do insucesso das aprendizagens das crianças uma vez na escola.

Os dados desagregados também são importantes para mostrarem bolsas de pobreza. Por exemplo, o governo do Uganda e os seus doadores foram criticados por investirem em saúde e em educação apenas nas zonas mais estáveis, ignorando deste modo a população que vive no Norte do país e que sofre os efeitos da guerra civil, e exacerbando assim o sentimento de exclusão entre os habitantes do Norte, o que em si mesmo contribuiu para a guerra. Esta questão foi revelada pela desagregação dos dados.

Em termos de prestação de contas, a maneira mais eficaz de avançar seria os países utilizarem sistemas de informação semelhantes, para assim criarem dados que fossem comparáveis. Os sistemas de informação sobre o desenvolvimento devem ser geridos a nível global e os países devem comprometer-se com uma monitorização e recolha de dados a nível nacional com uma frequência anual ou bianual, baseadas em indicadores comuns e em normas de recolha de dados acordadas a nível internacional.

Criar algum entusiasmo em torno dos dados pode ser difícil, dado soar bastante menos imediato do que salvar a vida de uma criança. No entanto, é essencial uma melhor informação para que o progresso na luta contra a mortalidade infantil seja mais equitativo. A recolha de dados necessita de investimento, e é imperativo que se crie um fundo global com este propósito, o qual proporcionaria quer subsídios, quer serviços de consultoria aos governos nacionais.

# 5 A PROPOSTA DA SAVE THE CHILDREN PARA UM QUADRO DE TRABALHO APÓS 2015

A tabela que se segue expõe as metas indicativas e os indicadores em cada uma das áreas dos objetivos prioritários que examinámos.

Atribuímos um papel importante às metas intercalares para assegurar que os objetivos abrangentes são alcançados de uma maneira progressiva (em vez de se deixarem para o fim os mais difíceis de alcançar, por exemplo). Além do mais, apoiamos uma abordagem comum da desigualdade através

das diferentes áreas temáticas, o que é suscetível de envolver a segmentação do rácio dos grupos mais e menos favorecidos, em várias dimensões. Contudo, havendo uma equipa técnica a trabalhar sobre esta questão como parte do processo de consulta global pós-2015 sobre a desigualdade, não vamos julgar antecipadamente aquilo que esperamos que venha a ser a emergência de um amplo consenso sobre a forma adequada das metas referentes à desigualdade.

## OBJETIVO 1: ATÉ 2030 VAMOS ERRADICAR A POBREZA EXTREMA E REDUZIR A POBREZA RELATIVA ATRAVÉS DO CRESCIMENTO INCLUSIVO E DE CONDIÇÕES LABORAIS DECENTES

Metas Indicativas	Indicadores potenciais
1. Erradicar a pobreza extrema em termos de rendimento	1a Taxa de pobreza absoluta – em \$1,25 dólares por dia (até 2022) 1b Taxa de pobreza absoluta – em \$2 dólares por dia
2. Promover um crescimento que seja inclusivo e sustentável; e que ofereça oportunidades a todos	2a Redução da pobreza relativa enquanto percentagem do PIB (por ano) 2b O atrofamento infantil, enquanto indicador do caráter inclusivo do crescimento 2c Erradicação da pobreza infantil relativa (crianças a viver em aglomerados familiares com um rendimento inferior a 50% da mediana do rendimento nacional) <sup>1</sup> 2d Reduções na desigualdade de rendimento (medida com o 'rácio de Palma' dos 10% de rendimentos de topo face aos 40% de rendimentos mais baixos) <sup>2</sup> 2e Indicadores identificados a nível nacional para a redução das principais formas de desigualdade horizontal (e.g., redução da percentagem em desigualdades espaciais de rendimento/melhorias percentuais na participação económica e política das mulheres)
3. Providenciar condições laborais decentes a todos	3a Proporção dos salários no PIB 3b Diminuição de disparidades no emprego: juventude e género (taxas de emprego e ordenados) 3c Percentagem de crianças envolvidas em trabalhos perigosos (tal como definidos na Convenção 182 da OIT, art.º 3d)
4. Estabelecer uma base global de proteção social	4a Percentagem do PIB atribuída à proteção social 4b Mudança percentual nas taxas de cobertura da proteção social (definidas a nível nacional)

OBJETIVO 2: ATÉ 2030 VAMOS ERRADICAR A FOME, REDUZIR A METADE O ATROFIAMENTO E ASSEGURAR O ACESSO UNIVERSAL A COMIDA, ÁGUA E SANEAMENTO SUSTENTÁVEIS

Metas Indicativas	Indicadores potenciais
1. Erradicar a fome, reduzir para metade as taxas de atrofiamento e subnutrição	1a Taxa de prevalência do atrofiamento em crianças com menos de cinco anos desagregada por desigualdade de rendimento e por género 1b Amamentação materna exclusiva durante os primeiros seis meses de vida
2. Interligar diretamente os sistemas sustentáveis de produção e distribuição alimentar com as metas de nutrição	2a Redução no número de pessoas que são incapazes de suportar o custo de uma dieta nutritiva. A ferramenta Custo da Dieta da Save the Children 2b Perdas alimentares durante a produção, o manuseamento e o processamento de comida, e desperdício alimentar de retalhistas e consumidores
3. Assegurar que 100% da população tem acesso a instalações de água adequadas, seguras e ambientalmente sustentáveis num raio de 1 km das suas casas, e em todas as escolas e instalações de saúde até 2030	3a Proporção das populações com acesso a serviços seguros de água potável num raio de 1 km dos agregados familiares, desagregada por rendimento, localização rural e urbana, género e idade 3b Proporção de escolas e instalações de saúde com acesso direto a serviços seguros de água potável 3c Número de doenças e mortes relacionadas com a água reportadas anualmente (por quintil de rendimentos, idade e localização rural/urbana) 3d Percentagem de países que possuem um quadro integrado de políticas de gestão dos recursos aquíferos e legislação que reflitam especificamente preocupações de saúde pública
4. Assegurar que 100% da população tem acesso a saneamento básico num raio de 1 km das suas casas, e nas escolas e hospitais até 2030	4a Percentagem da população que tem acesso a fontes de água seguras e resilientes ao clima e a instalações higiénicas de saneamento 4b Proporção de agregados familiares, escolas e instalações de saúde com instalações de saneamento melhoradas 4c Proporção de escolas e instalações de saúde com instalações separadas e higiénicas para crianças, homens e mulheres 4d Proporção dos 20% mais pobres com acesso a instalações de saneamento melhoradas 4e Proporção da população com acesso a instalações seguras para armazenamento, transporte e remoção de excrementos 4f Percentagem da despesa nacional na provisão e manutenção de infraestruturas de saneamento

**OBJETIVO 3: ATÉ 2030 VAMOS ACABAR COM A MORTALIDADE INFANTIL E MATERNA EVITÁVEIS E PRESTAR CUIDADOS BÁSICOS DE SAÚDE A TODOS**

<b>Metas Indicativas</b>	<b>Indicadores potenciais</b>
1. Acabar com a mortalidade infantil e a mortalidade materna evitáveis	<p>1a Mortalidade máxima de menores de cinco anos de 20 por 1.000 nados vivos em cada país, em termos de taxa média nacional e entre os 40% mais pobres</p> <p>1b Redução na taxa de mortalidade neonatal em pelo menos 50%, em termos de média nacional e entre os 40% mais pobres</p> <p>1c Redução na taxa de mortalidade materna em pelo menos 50%, em termos de média nacional e entre os 40% mais pobres</p>
2. Alcançar a cobertura de saúde universal	<p>2a Percentagem de nascimentos registados em cada segmento da sociedade</p> <p>2b Percentagem de nascimentos assistidos por técnicos de saúde qualificados (média nacional e entre os 40% mais pobres)</p> <p>2c Percentagem de crianças menores de cinco anos suspeitas de pneumonia a receberem antibióticos ou confirmadas livres de pneumonia (média nacional e entre os 40% mais pobres)</p> <p>2d Percentagem de visitas pós-parto nos dois primeiros dias (média nacional e entre os 40% mais pobres)</p> <p>2e Percentagem de crianças menores de cinco anos com diarreia a receber terapia de reidratação oral e alimentação contínua (média nacional e entre os 40% mais pobres)</p> <p>2f Proteção de risco financeiro – e.g., contagem do empobrecimento com medição da profundidade da pobreza</p> <p>2g Recursos humanos para a saúde – e.g., rácio de técnicos de saúde por 10.000 habitantes</p> <p>2h Sistemas de informação de gestão da saúde – percentagem de distritos a nível nacional que entregam relatórios atempadamente e com precisão</p> <p>2i Investimento na saúde – e.g., despesa total com a saúde por fonte de financiamento, per capita e a saúde enquanto percentagem da despesa total do governo</p> <p>2j Percentagem de bebés com 12–23 meses que receberam três doses de vacinas para a difteria, a tosse convulsa e o tétano</p> <p>2k Prevalência do uso da contraceção moderna entre as mulheres com 15–44 anos</p>
3. Combater as determinantes sociais da saúde	<p>3a Redução na percentagem de despesas de saúde que são pagas do próprio bolso de modo a serem inferiores a 20% (média nacional) em todos os países.</p> <p>3b Percentagem de crianças menores de cinco anos que estão atrofiadas (Ver Objetivo 2)</p> <p>3c Percentagem da população com acesso a água potável segura proveniente de fontes sustentáveis e a saneamento básico (Ver Objetivo 2)</p> <p>3d Educação (Ver Objetivo 4)</p> <p>3e Enquadramento legal sobre o direito à saúde – e.g., a constituição, a declaração de direitos ou outro estatuto do Estado que reconheça o direito à saúde</p>

**OBJETIVO 4: ATÉ 2030 VAMOS ASSEGURAR QUE AS CRIANÇAS RECEBEM EM TODO O LADO UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E QUE TÊM BONS RESULTADOS EM TERMOS DE APRENDIZAGEM**

Metas Indicativas	Indicadores potenciais
<p>1. Assegurar que as raparigas e rapazes em todo o lado alcançam bons resultados em termos de aprendizagem até aos 12 anos, reduzindo significativamente as disparidades entre os mais pobres e os mais ricos</p>	<p>1a Proporção de todas as raparigas e rapazes que atingem bons níveis de aprendizagem em literacia e numeracia aos 12 anos de idade                      1b Diminuir a disparidade de resultados de aprendizagem em literacia e numeracia alcançados aos 12 anos de idade entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos, e por género                      1c Assegurar que todas as crianças entre os 20% mais pobres sabem ler com compreensão mensurável de 'ler para aprender' até ao fim do seu terceiro ano na escola primária, e com paridade de género                      1d Diminuir em pelo menos 50% a disparidade nas taxas de conclusão dos ensinos primário e secundário entre os estudantes dos 20% mais pobres e os dos 20% mais ricos, e com paridade de género                      1e Metas ambiciosas específicas de cada país (estas podem incluir objetivos mais ambiciosos em competências nucleares, mas também metas para aprendizagens mais vastas, como aprendizagens para a vida, ciência e TIC)</p>
<p>2. Assegurar que as crianças mais pobres entrarão para a escola preparadas para aprender, tendo já alcançado bons níveis de desenvolvimento na primeira infância</p>	<p>2a Proporção das crianças mais pobres e das raparigas que acedem a serviços de desenvolvimento na primeira infância                      2b Proporção das crianças mais pobres e proporção das raparigas que alcançam níveis mínimos de desenvolvimento na primeira infância (potencialmente avaliada através de inquéritos como o inquérito MICS da UNICEF)</p>
<p>3. Assegurar que os jovens em todo o lado possuem uma literacia e numeracia básicas, competências técnicas e aprendizagens para a vida que lhes permitam tornarem-se cidadãos ativos com um emprego decente</p>	<p>3a Acesso igual a oportunidades de aprendizagem de qualidade (proporção de jovens adultos com boas competências de literacia e numeracia)                      3b Taxas de desemprego e subemprego jovens                      3c Jovens com aprendizagens para a vida crescentes (por exemplo, as competências sociais, identidade e valores positivos)</p>

**OBJETIVO 5: ATÉ 2030 VAMOS ASSEGURAR QUE TODAS AS CRIANÇAS VIVEM UMA VIDA LIVRE DE TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA, SÃO PROTEGIDAS EM SITUAÇÕES DE CONFLITO E CRECEM NUM AMBIENTE FAMILIAR SEGURO**

<b>Metas Indicativas</b>	<b>Indicadores potenciais</b>
1. Acabar com as mortes infantis resultantes de conflitos armados; diminuir para metade o número de mortes violentas de crianças que não resultam de conflitos (e.g., o homicídio intencional)	1a Número de mortes infantis diretamente resultantes de conflitos armados por ano no total da população infantil (desagregado por idade e sexo) 1b Número de homicídios intencionais de crianças por ano no total da população infantil
2. Diminuir para metade o número de crianças que são sujeitas a violência sexual e a abusos de qualquer forma	2a Taxa de raparigas e mulheres, de rapazes e homens sujeitos a violência física/sexual nos últimos 12 meses 2b Número de adultos e crianças por 100.000 que relatam através de relatórios pessoais situações de violência e abuso sexuais em situações de conflito nos últimos 12 meses (desagregado por idade e sexo) (inquéritos nacionais)
3. Diminuir para metade o número de crianças sujeitas a disciplina violenta em casa	3a Prevalência de disciplina violenta: percentagem de crianças que passaram por qualquer forma de disciplina violenta em casa durante o último mês (desagregada por sexo e idade) (inquéritos MICS)
4. Diminuir para metade o número de crianças que vivem desnecessariamente fora dos cuidados de uma família <sup>3</sup> (incluindo crianças afetadas por situações de emergência)	4a Número e percentagem de raparigas e rapazes a viverem sem os cuidados de uma família (desagregados por modo de vida) (estratégia USG, dados dos governos nacionais) 4b Percentagem de crianças separadas que foram reagrupadas com as suas famílias ou colocadas ao cuidado de outras famílias (desagregada por idade e por sexo)

**OBJETIVO 6: ATÉ 2030 A GOVERNAÇÃO SERÁ MAIS ABERTA, RESPONSÁVEL E INCLUSIVA**

<b>Metas Indicativas</b>	<b>Indicadores potenciais</b>
1. Assegurar que todos os países têm uma governação transparente, com uma orçamentação aberta, liberdade de informação e relatórios empresariais abrangentes	1a Aumento dos valores do Open Budget Index [Índice de Orçamentação Aberta] (transparência e participação em orçamentação pública) <sup>4</sup> 1b Existência de uma Lei de Liberdade de Informação (LDI) 1c Existência de legislação sobre relatórios empresariais, exigindo que as empresas reportem os seus impactos sociais e ambientais, incluindo o impactos nos direitos humanos e os impostos pagos <sup>5</sup>
2. Assegurar que todos os países têm uma governação participativa, com maior liberdade de expressão, de imprensa e de escolha política	2a Aumento no indicador CIRI de liberdades de expressão e de imprensa <sup>6</sup> 2b Aumento no indicador CIRI de liberdade de escolha política <sup>7</sup> 2c Aumento dos valores do índice do Estado de Direito sobre a participação (incluindo a dos grupos marginalizados e vulneráveis) na governação <sup>8</sup>
3. Assegurar que todos os países têm uma governação responsável, com compromissos para com o estado de direito, serviços públicos mais equitativos e efetivos, e uma corrupção reduzida	3a Aumento dos valores globais do índice do Estado de Direito <sup>9</sup> 3b Melhorias na equidade e eficácia dos serviços públicos (com o acesso aos serviços desagregado por género, região, etnicidade, etc.) <sup>10</sup> 3c Redução na perceção pública da corrupção <sup>11</sup>

As metas e indicadores listados a seguir são exemplos dos que estão a ser debatidos por especialistas setoriais – por exemplo, pelos participantes na Parceria Global para uma Cooperação Eficaz para o Desenvolvimento ou na Iniciativa Energia para Todos da ONU.

#### OBJETIVO 7: ATÉ 2030 TEREMOS PARCERIAS GLOBAIS ROBUSTAS PARA UM USO MAIOR E MAIS EFICAZ DOS RECURSOS FINANCEIROS

Metas Indicativas	Indicadores potenciais
1. Um uso maior e mais eficaz de recursos para o desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os doadores do Comité de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE manterão o seu compromisso de atribuírem 0,7% do PNB à Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA)</li> <li>• Progresso dos agentes de desenvolvimento bilateral e multilateral nos princípios estabelecidos pela Parceria Global para uma Cooperação Eficaz para o Desenvolvimento (acordada no 4.º Fórum de Alto Nível de Busan) (utilizando os seus indicadores de monitorização)</li> <li>• Transparência crescente dos fluxos financeiros através da cooperação sul-sul<sup>12</sup></li> <li>• Progressos no compromisso e no cumprimento dos países para com a troca automática de informações de propriedade benéfica<sup>13</sup></li> <li>• Rácio dos impostos em relação ao PIB e dos impostos diretos em relação aos impostos indiretos<sup>14</sup></li> </ul>
2. Transparência internacional que apoie a mobilização interna de recursos	
3. Criar e reforçar direitos de propriedade intelectual que funcionem para o desenvolvimento	

#### OBJETIVO 8: ATÉ 2030 VAMOS CONSTRUIR SOCIEDADES RESILIENTES ÀS SITUAÇÕES DE DESASTRE

Metas Indicativas	Indicadores potenciais
1. As nações diminuem para metade as taxas de mortalidade das situações de desastre até 2030	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxa bruta de mortalidade (mortes resultantes de desastres por 1.000 habitantes)</li> <li>• Perdas económicas diretas em percentagem do PIB</li> <li>• Planos nacionais de redução de riscos e de resiliência a situações de desastre adotados e referenciados nos planos nacionais de desenvolvimento</li> </ul>
2. As nações diminuem para metade as perdas económicas relativas a desastres até 2030	
3. Todas as nações concebem um plano nacional de redução de riscos e de resiliência a situações de desastre até 2020	



## OBJETIVO 9: ATÉ 2030 VAMOS ASSEGURAR A TODOS UM AMBIENTE SUSTENTÁVEL, SAUDÁVEL E RESILIENTE

Metas Indicativas	Indicadores potenciais
1. São significativamente reduzidos os impactos na saúde humana devidos à poluição ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incidência total de doenças e mortalidade prematura devida a fatores ambientais e reportada entre os 20% mais pobres da população<sup>16</sup></li> <li>• Emissões de CO<sub>2</sub> per capita, por cada dólar do PIB e no total</li> <li>• Percentagem de habitats, incluindo florestas e sistemas agrícolas e de aquacultura, protegidos ou sob planos de gestão ambientalmente sustentáveis</li> <li>• Percentagem de espécies em risco de extinção</li> <li>• Percentagem de espécies capturadas, incluindo peixe, dentro de limites biológicos seguros</li> <li>• Percentagem de países com programas nacionais de PCS ou com planos de ação em curso</li> <li>• Tendências na intensidade do carbono e da água dos setores agrícola, florestal e energético</li> </ul>
2. As emissões de gases com efeito de estufa atingiram globalmente um pico em 2030 e o número de pessoas expostas a incidentes relacionados com o clima reduziu-se significativamente	
3. 30% dos ecossistemas territoriais, de sistemas fluviais e marítimos estão restaurados e conservados, e a biodiversidade está protegida	
4. Os princípios da Produção e Consumo Sustentáveis <sup>15</sup> estão incorporados em todos os setores no interior de todos os países	

## OBJETIVO 10: ATÉ 2030 VAMOS PROVIDENCIAR ENERGIA SUSTENTÁVEL A TODOS

Metas Indicativas	Indicadores potenciais
1. Acesso universal a serviços energéticos modernos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de agregados familiares/instalações com ligação elétrica</li> <li>• Número de agregados familiares instalações com um fogão moderno</li> <li>• Consumo final dos diferentes tipos de energia renovável</li> <li>• Medidas políticas de apoio à energia renovável</li> <li>• Investimento em energia renovável</li> <li>• Intensidade energética do PIB, medindo a energia primária utilizada para gerar energia para consumo, subdividida em setores residencial, agrícola, industrial, de serviços e dos transportes, e também os setores fornecedores de eletricidade e gás</li> <li>• Consumo energético de produtos específicos com um uso intensivo de energia</li> <li>• Medidas políticas de apoio à eficiência energética</li> </ul>
2. Erradicar as mortes evitáveis provocadas por fogões e lareiras	
3. Duplicar a quota de fontes de energia renovável na composição global da energia	
4. Duplicar a taxa de melhorias em termos de eficiência energética	

# 6 CONCLUSÃO – A VISÃO DA SAVE THE CHILDREN

*“Superar a pobreza não é um exercício de caridade, é um ato de justiça. Tal como a escravidão e o apartheid, a pobreza não é natural. É produzida pelo homem e é possível superá-la e erradicá-la através da ação dos seres humanos. Cabe por vezes a uma geração ser grande. VOCÊS podem ser essa grande geração. Que a vossa grandeza floresça.”*

Nelson Mandela<sup>1</sup>

Os seres humanos têm lutado há milénios. Contra a fome, contra a doença, contra a carência e a miséria, e contra a ignorância. Contra os desastres naturais, contra o conflito, contra a violência no interior da nossa própria natureza e para nos governarmos a nós próprios.

Mas os seres humanos são incríveis. O nosso trabalho árduo, o nosso espírito inventivo e os nossos contributos para o bem comum global significam que alcançámos um ponto de viragem sem precedentes. Está ao alcance da nossa capacidade técnica e dos nossos sistemas políticos erradicar a pobreza absoluta, em todas as suas dimensões, para sempre.

Ao fazê-lo, temos de nos lembrar que todas as nossas realizações económicas dependem totalmente dos sistemas naturais, que temos de administrar e apoiar bastante melhor.

Mas podemos, agora, erradicar a pobreza absoluta e a desigualdade extrema.

Podemos criar um mundo onde todos tenham o suficiente para comer, todos tenham escolaridade suficiente para prosperarem, todos tenham saneamento para se manterem saudáveis e água potável para beberem, e todos tenham acesso a cuidados de saúde quando ficam doentes. Um mundo onde todos estejam seguros – que tenham meios de subsistência, que haja uma rede de segurança que os apoie em períodos de privação económica, e que as suas comunidades estejam preparadas para o pior que a natureza lhes possa trazer. Um mundo onde todos olhem os outros seres humanos nos olhos, por saberem que todos merecem o mesmo respeito, seja mulher ou homem, criança ou adulto, do sul ou do norte.

O tratamento das crianças é um barómetro de uma sociedade. E neste mundo, as crianças – as nossas crianças – não vão apenas sobreviver, mas sim prosperar.

Se os governos de norte a sul, as empresas de norte a sul, e as pessoas de norte a sul, respeitarem as nossas promessas dos ODMs, e derem também o próximo passo para chegar a zero, vamos conseguir criar as condições que permitem um desenvolvimento humano progressivo, assente na sustentabilidade ambiental. Juntos, conseguimos fazer isto no espaço de uma geração.

Atualmente, isso seria um feito verdadeiramente histórico, algo de que nos podíamos orgulhar. É possível. É o que está certo fazer. É certamente um desafio que a comunidade global tem de aceitar.

# NOTAS

## INTRODUÇÃO

<sup>1</sup> ODI e the Millennium Campaign (2010) *Millennium Development Goals Report Card: Learning from progress* [Boletim dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Aprender com o progresso], ODI: Londres

<sup>2</sup> Save the Children e Overseas Development Institute (2012), *Progress in Child Well-Being: Building on what works* [Progresso em Bem-Estar Infantil: Basear-nos no que funciona]; Mehrotra, S. e Jolly, R. (1997) *Development with a Human Face: Experiences in social achievement and economic growth* [Desenvolvimento com um Rosto Humano: Experiências em realização social e crescimento económico], Oxford: OUP

<sup>3</sup> Números do Comité de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE

<sup>4</sup> Kenny C e Sumner A (2011), *More Money or More Development? What have the MDGs achieved?* [Mais Dinheiro ou Mais Desenvolvimento; O que alcançaram os ODMs?] Center for Global Development

<sup>5</sup> Save the Children (2012) 'Aspirations for a post-MDG Framework based on the Experiences and Perceptions of Save the Children' [Aspirações para um Quadro pós-ODMs baseado nas Experiências e Percepções da Save the Children], investigação interna inédita

<sup>6</sup> Sumner, A (2010) *Global Poverty and the New Bottom Billion* [Pobreza Global e os Novos Mil Milhões Mais Pobres], Reino Unido: Institute for Development Studies

<sup>7</sup> Milanovic, B (2010) *The Haves and the Have-Nots: A brief and idiosyncratic history of global inequality* [Os que Têm e os que Não Têm: Uma história breve e idiossincrática da desigualdade global], Basic Books

<sup>8</sup> Berg, A e Ostry, J (2011) *Inequality and Unsustainable Growth: Two sides of the same coin?* [Desigualdade e Crescimento Insustentável: Duas faces da mesma moeda?], *FMI Staff Discussion Note SDN/11/08*: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2011/sdn1108.pdf>

<sup>9</sup> Ver Anexo I em Save the Children (2012) *Born Equal: How reducing inequality could give our children a better future* [Iguais à Nascimento: Como a redução da desigualdade pode dar um futuro melhor às nossas crianças], Save the Children: Londres.

## I TERMINAR O TRABALHO: MELHORES RESULTADOS, PROGRESSOS MAIS RÁPIDOS

<sup>1</sup> Milanovic, B (2010) *The Haves and the Have-Nots: A brief and idiosyncratic history of global inequality* [Os que Têm e os que Não Têm: Uma história breve e idiossincrática da desigualdade global], Basic Books, página 190

<sup>2</sup> Warner, D, Rao, D S P, Griffiths, W E e Chotikapanich, D *Global Inequality: Levels and trends 1993–2005* [Desigualdade Global: Níveis e tendências 1993-2005] <http://www.uq.edu.au/economics/abstract/436.pdf>

<sup>3</sup> Save the Children (2012) *Born Equal: How reducing inequality could give our children a better future* [Iguais à Nascimento: Como a redução da desigualdade pode dar um futuro melhor às nossas crianças], Save the Children: Londres.

<sup>4</sup> Ver nota anterior.

<sup>5</sup> Save the Children (2002) – ver nota 3, Capítulo 1.

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, a discussão deste ponto, e as fontes, em Save the Children (2012) *Born Equal: How reducing inequality could give our children a better future* [Iguais à Nascimento: Como a redução da desigualdade pode dar um futuro melhor às nossas crianças].

<sup>7</sup> Melamed, C (2012) *After 2015: Context, politics and processes for a post-2015 global agreement on development* [Após 2015: Contexto, política e processos para um acordo global sobre desenvolvimento após 2015], ODI: Londres

<sup>8</sup> Save the Children (2010) *A Fair Chance At Life: Why equity matters for child survival* [Uma Oportunidade Justa na Vida: Importância da equidade para a sobrevivência infantil], Save the Children do Reino Unido: Londres

<sup>9</sup> Save the Children (2011) *An Equal Start: Why gender equality matters for child survival and maternal health* [Um Começo Igual: Importância da igualdade de género para a sobrevivência infantil e a saúde materna], Save the Children do Reino Unido: Londres.

<sup>10</sup> Save the Children (2002) – ver nota 3, Capítulo 1.

<sup>11</sup> Young Lives e Save the Children (2012 a aguardar publicação) 'Growing Up with the Promise of the MDGs: Children's hopes for the future of development' [Crescer com a Promessa dos ODMs: Esperanças das crianças para o futuro do desenvolvimento], Save the Children do Reino Unido: Londres

<sup>12</sup> Hoff, K e Priyanka, P (2003) 'Belief systems and durable inequalities: an experimental investigation of Indian caste' [Sistemas de crenças e desigualdades persistentes: uma investigação experimental da casta indiana], <http://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/BeliefSystemsandDurableInequalities.pdf>

<sup>13</sup> Young Lives e Save the Children (a aguardar publicação 2012) – ver nota 11, Capítulo 1.

<sup>14</sup> Save the Children (2012) *Shared Value: How can large businesses contribute to the post-2015 agenda?* [Valor Partilhado: Como é que as grandes empresas podem contribuir para a agenda pós-2015]

<sup>15</sup> Resultados para o Development Institute, Post-2015 Health MDGs [Os ODMs da Saúde Pós-2015], Anteprojeto para discussão, 30 de maio de 2012, secção 4

<sup>16</sup> Jones, N e Espey, J (2008) *Increasing Visibility and Promoting Policy Action to Tackle Sexual Exploitation in and around Schools in Africa* [Aumentar a Visibilidade e Promover Ações Políticas para Combater a Exploração Sexual dentro e em torno das Escolas em África], PLAN e Overseas Development Institute, <http://plan-international.org/learnwithoutfear/files/sexual-exploitation-in-west-africa-english>

<sup>17</sup> UNESCO (2012) *Youth and Skills: Putting education to work* [Juventude e Competências: Pôr a educação a funcionar], EFA Global Monitoring Report

<sup>18</sup> O intervalo entre os cenários com variáveis de fertilidade média e elevada

<sup>19</sup> Melamed (2012) – ver nota 7, Capítulo 1.

<sup>20</sup> Consultative Group on International Agricultural Research Inter-Center Working Group on Climate Change (ICWG-CC) (2008). *The Challenge of Climate Change Research to Overcome its Impact on Food Security, Poverty, and Natural Resource Degradation in the Developing World* [O Desafio da Investigação em Alterações Climáticas para Superar o seu Impacto na Segurança Alimentar, na Pobreza e na Degradação dos Recursos Naturais no Mundo em Desenvolvimento]. Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas no Bali em 2007– DPI/2483 – novembro; e ver também a discussão relacionada com isto em G. Edame, B. Anam, W. Fonta e E. Duru, 2011, 'Climate Change, Food Security and Agricultural Productivity in Africa: Issues and policy directions' [Alteração

Climática, Segurança Alimentar e Produtividade Agrícola em África: Questões e direções de política], *International Journal of Humanities and Social Science* 1(21), pp.205–223: [http://www.ijhssnet.com/journals/Vol\\_1\\_No\\_21\\_Special\\_Issue\\_December\\_2011/21.pdf](http://www.ijhssnet.com/journals/Vol_1_No_21_Special_Issue_December_2011/21.pdf)

## 2 IMPLANTAR OS ALICERCES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

<sup>1</sup> Banco Mundial (2012) World Bank sees progress against extreme poverty, but flags vulnerabilities [O Banco Mundial vê avanços contra a pobreza extrema, mas assinala vulnerabilidades] (comunicado de imprensa). <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:23130032~pagePK:64257043~piPK:437376~theSitePK:4607,00.html>

<sup>2</sup> Estimativas para 2030 de Karver, Kenny e Sumner, 'MDG 2.0: goals, targets and timeframes; 1990 value and 2015 estimate' [ODM 2.0: objetivos, metas e prazos; valores de 1990 e estimativas de 2015], de Chen e Ravallion (2012) *More Relatively Poor People in a Less Absolutely Poor World* [Mais Pessoas Relativamente Pobres num Mundo Menos Absolutamente Pobre]

<sup>3</sup> Ravallion, M, *Benchmarking Global Poverty Reduction* [Aferir a Redução da Pobreza Global], *World Bank Policy Research Working Paper* 6205, Banco Mundial: Washington, DC: <http://elibrary.worldbank.org/docserver/download/6205.pdf>

<sup>4</sup> Ver nota 2, Capítulo 2.

<sup>5</sup> Ver nota 8, Capítulo 1; A Minujin, J Vandemoortele e E Delamonica, 'Economic growth, poverty and children', *Environment and Urbanization* [Crescimento económico, pobreza e crianças', *Ambiente e Urbanização*], 14, 2, 2002, pp 23–43.

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, uma síntese dos efeitos negativos da pobreza infantil relativa em Emerson, E (2009) 'Relative child poverty, income inequality, wealth, and health' [Pobreza infantil relativa, desigualdade de rendimentos, riqueza e saúde], *Journal of the American Medical Association* 301(4), pp. 425–426: <http://jama.jamanetwork.com/article.aspx?articleid=183263>; e a discussão da medição da pobreza infantil relativa em UNICEF, 2012, *Measuring child poverty* [Medir a pobreza infantil], *Innocenti Research Centre Report Card* 10: [http://www.unicef-irc.org/publications/pdf/rc10\\_eng.pdf](http://www.unicef-irc.org/publications/pdf/rc10_eng.pdf)

<sup>7</sup> A agenda 'Trabalho Decente' da OIT foi concebida com os governos, os empregadores e os trabalhadores para estabelecer as prioridades da organização e reflete um consenso internacional alargado. <http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/decent-work-agenda/lang--en/index.htm>

<sup>8</sup> UNRISD (2012) *Inequalities and the Post-2015 Development Agenda* [Desigualdades e a Agenda do Desenvolvimento Pós-2015], UNRISD Research and Policy Brief 15, outubro 2012

<sup>9</sup> CPRC (2012) *Stemming Girls' Chronic Poverty: Catalysing change by building just institutions* [Travar a Pobreza Crónica das Raparigas: Catalisar a mudança criando instituições justas], CPRC: Londres

<sup>10</sup> OIT (2011), 'Global employment trends for youth: 2011 update' [Tendências globais de emprego para a juventude: atualização de 2011], Genebra: Organização Internacional do Trabalho, citado em UNDESA (2012) *World Youth Report 2012* [Relatório de 2012 sobre a Juventude Mundial], p. 21: <http://unworldyouthreport.org/media/pdfs/WYR2011.pdf>

<sup>11</sup> O trabalho perigoso é definido pela Convenção 182 da OIT sobre as piores formas de trabalho infantil (artigos 3c e 3d) como a utilização, a aquisição ou oferta de uma criança para atividades ilícitas, em particular para a produção e tráfico de drogas (...) e um trabalho que, pela sua natureza ou circunstâncias em que é levado a cabo, seja suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças. Dados da OIT (2010) *Accelerating action against child labour* [Acelerar a ação contra o trabalho infantil], Genebra, Suíça

<sup>12</sup> Horton, S (1999) 'Opportunities for investments in low income Asia' [Oportunidades para investimentos na Ásia de baixo rendimento], *Asian Development Review*, 17, p. 246–73 relata para a Índia que as perdas de produtividade (apenas em trabalho manual) em virtude do efeito combinado do atrofamento, da deficiência de iodo e da deficiência de ferro, são responsáveis por uma perda total de 2,95% do PIB. Ver também

Banco Mundial (2006) *Repositioning Nutrition as Central to Development: A strategy for large-scale action* [Reposicionar a Nutrição como Central ao Desenvolvimento: Uma estratégia para atuar em larga escala], Washington, DC: Banco Mundial; e Banco Mundial (2010) *Scaling Up Nutrition: What will it cost?* [Melhorar a Nutrição: Quanto custará?] Washington, DC: Banco Mundial

<sup>13</sup> Ver Índice de Preços Alimentares do Banco Mundial: os cereais subiram de 100 em 2005 para mais de 250 em 2012. A comida e gorduras & óleos subiram de 120 para cerca de 250 e 225 (fonte: Food Price Watch, Banco Mundial agosto de 2012)

<sup>14</sup> Espey, J (2011) *Women Exiting Chronic Poverty: Empowerment through equitable control of households' natural resources* [Mulheres a Abandonar a Pobreza Crónica: Capacitação através do controlo equitativo dos recursos naturais dos agregados familiares], Working Paper No. 174 Chronic Poverty Research Centre, Londres, Reino Unido

<sup>15</sup> A referência à água potável é deliberada e capta a necessidade de assegurar que a qualidade da água está acima dos padrões mínimos exigidos para a saúde humana.

<sup>16</sup> UNICEF (2012) *Committing to Child Survival: A promise renewed* [Compromisso para com a Sobrevivência Infantil: Uma promessa renovada]

<sup>17</sup> Save the Children (2011) *Missing Midwives* [Falta de Parteiras]

<sup>18</sup> Save the Children (2012) *Every Woman's Right: How family planning saves children's lives* [O Direito de Todas as Mulheres: Como o planeamento familiar salva a vida das crianças]

<sup>19</sup> Frenz, P e Vega, J (2010) *Universal Health Coverage with Equity: What we know, don't know and need to know*, [Cobertura Universal de Saúde com Equidade: O que sabemos, não sabemos e precisamos de saber] Montreux: Global Symposium on Health Systems Research

<sup>20</sup> Ver a Organização Mundial de Saúde, Social determinants of health [Determinantes sociais da saúde] (página da Internet), [http://www.who.int/social\\_determinants/en/](http://www.who.int/social_determinants/en/)

<sup>21</sup> Nações Unidas (2011) *Millennium Development Goals Report 2011* [Relatório de 2011 dos Ojetivos de Desenvolvimento do Milénio], ONU: Nova Iorque.

<sup>22</sup> UNESCO (2012) – ver nota 17, Capítulo 1.

<sup>23</sup> Ver Save the Children, *Laying the Foundations: Early childhood care and development* [Criar os Alicerces: Cuidados e desenvolvimento da primeira infância] (2012); The Brookings Institution, Centre for Universal Education, *A Global Compact on Learning* [Um Compacto Global sobre Aprendizagem], p. 13 (2011)

<sup>24</sup> Save the Children (2010) *Child Protection: Taking action against all forms of abuse, neglect, violence and exploitation* [Proteção da Criança: Agir contra todas as formas de abuso, negligência, violência e exploração]

<sup>25</sup> Nomes alterados para proteger identidades.

<sup>26</sup> UNICEF (2007) *Machel Study 10-year strategic review* [Revisão estratégica dos 10 anos do Machel Study], p. 19

<sup>27</sup> Banco Mundial (2011) *World Development Report 2011: Conflict, security and development* [Relatório de 2011 do Desenvolvimento Mundial: Conflito, segurança e desenvolvimento], Banco Mundial: Washington DC

<sup>28</sup> Relatório do Secretário-Geral da ONU sobre Crianças em Conflitos Armados, A/66/782–S/2012/261, abril de 2012

<sup>29</sup> Save the Children (2012) *Hidden Survivors: Sexual violence against children in conflict* [Sobreviventes Escondidos: Violência sexual contra crianças em conflitos], Save the Children do Reino Unido: Londres

<sup>30</sup> UNICEF (2008) *Progress for Children, A Report Card on Child Protection* [Progressos para Crianças, Um Boletim sobre Proteção da Criança], p. 7

<sup>31</sup> Relatório das Nações Unidas (2006) elaborado pelo Especialista Independente da ONU *Study on Violence against Children* [Estudo sobre a Violência contra Crianças], A/61/299

<sup>32</sup> Estimativas baseadas em dados de 33 países de rendimentos baixo e médio, cobrindo cerca de 10% da população mundial. UNICEF (2011),

*Child Protection from Violence, Exploitation and Abuse: A statistical snapshot* [Proteção da criança contra a Violência, a Exploração e o Abuso: Um instantâneo estatístico]

<sup>33</sup> UNICEF (2009) *Child Protection from Violence, Exploitation and Abuse* [Proteção da criança contra a Violência, a Exploração e o Abuso], [http://www.unicef.org/media/media\\_45451.html](http://www.unicef.org/media/media_45451.html)

<sup>34</sup> UNICEF (2008) – ver nota 30, Capítulo 2.

<sup>35</sup> Relatório do Secretário-Geral da ONU sobre Violência Contra Crianças 2006

<sup>36</sup> Iniciativa global para Acabar com todos os Castigos Corporais das Crianças, <http://www.endcorporalpunishment.org/children/progress-around-the-world.html>. Eram 16 em 2006.

<sup>37</sup> Desde a publicação pelas Nações Unidas (1996) do Relatório de Graça Machel, Representante Especial do Secretário-Geral, *Impact of Armed Conflict on Children* [Impacto dos Conflitos Armados sobre as Crianças] (A/51/306) e da publicação do Relatório da ONU (2006) do Especialista Independente para o Estudo das Nações Unidas sobre Violência contra Crianças (A/61/299), a comunidade internacional tem agendas de proteção da criança muito claras. Foram adotados planos de ação para prevenir e impedir a exploração sexual de crianças e adolescentes (A Declaração e Apelo do Rio de Janeiro para Prevenir e Impedir a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, de 2008) e eliminar o trabalho infantil ('Towards a world without child labour – Mapping the road to 2016' [Para um mundo sem trabalho infantil – Traçar a estrada para 2016], 2010). Em 2009, a Assembleia Geral da ONU adotou as Orientações Internacionais para os Cuidados Alternativos das Crianças (UN General Assembly, Guidelines for the Alternative Care of Children, A/RES/64/142, 2009).

<sup>38</sup> Fora de qualquer tipo de família biológica ou situação de cuidados familiares alternativos

<sup>39</sup> A Presidente Ellen Johnson Sirleaf (2010) 'Africans must control their own fate' ['Os africanos têm de controlar o seu próprio destino'], *The Global and Mail*, 10 de maio de 2010

<sup>40</sup> Para mais informação sobre governação aberta e pós-2015 ver <http://www.one.org/international/blog/putting-people-first-in-the-post2015-development-framework/>

<sup>41</sup> Saferworld, instruções de setembro de 2012, 'Approaching post-2015 from a peace perspective' [Abordar o pós-2015 numa perspectiva de paz], <http://www.saferworld.org.uk/downloads/pubdocs/1208%20Saferworld%20brief%20-%20Approaching%20Post-2015%20From%20A%20Peace%20Perspective.pdf>

### 3 CRIAR AMBIENTES SOLIDÁRIOS E SUSTENTÁVEIS

<sup>1</sup> Kenny e Sumner (2011) – ver nota 4, Introdução.

<sup>2</sup> Aid Watch (2012) *Aid We Can: Invest more in global development* [Podemos Ajudar: Invista mais em desenvolvimento global], Concord: Bruxelas

<sup>3</sup> Save the Children e Overseas Development Institute (2012), *Progress in Child Well-Being: Building on what works* [Progresso no Bem-Estar Infantil: Basearmo-nos no que funciona]

<sup>4</sup> Save the Children (2011) *Healthier Returns: Making aid for healthcare more effective* [Retornos Mais Saudáveis: Tornar a ajuda aos cuidados de saúde mais eficaz], Save the Children do Reino Unido: Londres

<sup>5</sup> UNCTAD (2011) *Trade and Development Report, 2011* [Relatório de 2011 sobre Comércio e Desenvolvimento]

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, Bruno, R L e Campos, N F (2011) 'Foreign direct investment and economic performance: A systematic review of the evidence uncovers a new paradox' [O investimento direto estrangeiro e o desempenho económico: Uma análise sistemática das evidências revela um novo paradoxo], *Relatório Final para o DFID*: [http://www.dfid.gov.uk/r4d/PDF/Outputs/SystematicReviews/DFID\\_MRA\\_FDI\\_February\\_28\\_2011\\_Bruno\\_Campos.pdf](http://www.dfid.gov.uk/r4d/PDF/Outputs/SystematicReviews/DFID_MRA_FDI_February_28_2011_Bruno_Campos.pdf)

<sup>7</sup> Save the Children (2012) – ver nota 14, Capítulo 1.

<sup>8</sup> Calculado a partir do Country Programmable Aid (OCDE) e da despesa pública (números do FMI); Action Aid (2012) *Real Aid 3: Ending aid dependency* [Ajuda Real 3: Acabar com a dependência da ajuda]

<sup>9</sup> Ver discussão em 'Tax systems' [Sistemas fiscais] em Cobham, A (2012) 'Tax havens and illicit flows' [Paraísos fiscais e fluxos ilícitos], pp. 337–372 em Reuter, P (org.) (2012) *Draining Development? Controlling flows of illicit funds from developing countries* [Drenar o Desenvolvimento? Controlar fluxos de fundos ilícitos oriundos dos países em desenvolvimento], Banco Mundial: Washington, DC

<sup>10</sup> Christian Aid (2008) *Death and Taxes: The true toll of tax dodging* [Morte e Impostos: O verdadeiro tributo da fraude fiscal], Londres: Christian Aid, <http://www.christianaid.org.uk/images/deathandtaxes.pdf>

<sup>11</sup> Reuter, P (org.) (2012) *Draining Development? Controlling flows of illicit funds from developing countries* [Drenar o Desenvolvimento? Controlar fluxos de fundos ilícitos oriundos dos países em desenvolvimento], Banco Mundial: Washington, DC

<sup>12</sup> UNISDR (2012) 'The impacts of disasters since the 1992 Earth Summit' [Os impactos dos desastres desde a Cimeira da Terra de 1992]; citado em Mitchell (2012) *Options for Including Disaster Resilience in Post-2015 Development Goals* [Opções para Incluir a Resiliência ao Desastre nos Objetivos de Desenvolvimento Pós-2015]

<sup>13</sup> Instruções da Young Lives de junho 2012

<sup>14</sup> Ver UNEP 2012 *Global Environment Outlook 5: Environment for the Future we want* [Perspetiva Global do Ambiente 5: O ambiente para o Futuro que queremos]

<sup>15</sup> Ver Millennium Ecosystem Assessment 2005 [Avaliação de 2005 dos Ecossistemas do Milénio], particularmente a síntese sobre a saúde.

<sup>16</sup> MEA (2005) Summary for Decision Makers [Síntese para Decisores]

<sup>17</sup> O intervalo entre os cenários com variáveis de fertilidade média e elevada

<sup>18</sup> Ver, por exemplo, os relatórios Millennium Ecosystem Assessment (2005) e os vários Economics of Ecosystem and Biodiversity Reports [Relatórios dos Aspectos Económicos de Ecossistemas e Biodiversidade] (2009–2012).

<sup>19</sup> Os relatórios relevantes incluem: Millennium Ecosystem Assessment (2005); IISD (2004) *Exploring the Links: Human wellbeing, poverty and ecosystem services* [Explorar Ligações: Serviços de bem-estar humano, pobreza e ecossistema]; Convention on Biological Diversity 2010; IIED (2010) *Linking Biodiversity Conservation and Poverty Alleviation: A state of knowledge review* [Ligar Conservação da Biodiversidade e Mitigação da Pobreza: Uma revisão do estado do conhecimento]; CBD Technical Series No 55; Banco Mundial (2007) *Poverty and Environment: Understanding linkages at the household level* [Pobreza e Ambiente: Compreender interligações ao nível do agregado familiar]; WRI (2005) *The Wealth of the Poor* [A Riqueza dos Pobres].

<sup>20</sup> PNUD (2011) *Human Development Report: Sustainability and equity* [Relatório do Desenvolvimento Humano: Sustentabilidade e equidade]

<sup>21</sup> OMS (2006) *Preventing Disease through Healthy Environments: Towards an estimate of the environmental burden of disease* [Prevenir Doenças através de Ambientes Saudáveis: Para uma estimativa do peso ambiental da doença]

<sup>22</sup> Ver nota anterior.

<sup>23</sup> Isto refletiria e permitiria que o progresso fosse medido no sentido de se cumprirem os compromissos feitos no Plano de Joanesburgo de Implementação, Strategic Approach to International Chemicals Management Global Plan of Action [A Abordagem Estratégica ao Plano Global de Ação de Gestão Internacional de Químicos], e na Rio+20.

<sup>24</sup> Ver o Intergovernmental Panel on Climate Change (2007) 'Fourth Assessment Report' [Quarto Relatório de Avaliação] e (2012) 'Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change' [Gerir os Riscos de Incidentes e Desastres Extremos face a Alterações Climáticas Avançadas]

<sup>25</sup> Akachi Y, Goodman, D e Parker, D (2009) *Global Climate Change and Child Health: A review of pathways, impacts and measures to improve the evidence*

base [Alteração Climática Global e Saúde Infantil: Uma análise das vias, impactos e medidas para melhorar as evidências de base], UNICEF Innocenti Research Centre Discussion Paper 2009-03

<sup>26</sup> Em relação a um mundo em que não ocorre qualquer alteração climática (ver IFPRI (2009) *Climate Change Impact on Agriculture and Costs of Adaptation* [Impacto da Alteração Climática na Agricultura e Custos da Adaptação]).

<sup>27</sup> Ver nota anterior.

<sup>28</sup> Banco Mundial (2008) *Development and Climate Change: A strategic framework for the world bank group: technical report* [Desenvolvimento e Alteração Climática: Um quadro estratégico para o grupo do banco mundial: relatório técnico]

<sup>29</sup> Ver MEA (2005) relatórios e National Ecosystem Assessment 2011 do Reino Unido.

<sup>30</sup> Isto baseia-se, mas reforça, a meta 11 de CBD Aichi para refletir o prazo de 2030 (as Metas de Aichi só vão até 2020).

<sup>31</sup> Como consta no prazo a 10 anos dos programas sobre padrões de consumo e produção sustentáveis: [https://rio20.un.org/sites/rio20.un.org/files/a-conf.216-5\\_english.pdf](https://rio20.un.org/sites/rio20.un.org/files/a-conf.216-5_english.pdf)

<sup>32</sup> IEA (2011) *World Energy Outlook 2011: Special Report: Energy for all* [Perspetiva de 2011 sobre a Energia Mundial: Relatório Especial: Energia para todos], [http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/weo2011\\_energy\\_for\\_all-1.pdf](http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/weo2011_energy_for_all-1.pdf)

<sup>33</sup> Ver nota anterior.

<sup>34</sup> Practical Action (2012) *Poor People's Energy Outlook 2012: Energy for earning a living* [Perspetiva de 2012 sobre a Energia das Pessoas Pobres: Energia para ganhar a vida]. Practical Action Publishing. <http://cdn1.practicalaction.org/docs/PPEO2012.pdf#page=10>

<sup>35</sup> IEA (2011) – ver nota 32, Capítulo 3.

<sup>36</sup> Practical Action, Energia para todos 2030: <http://practicalaction.org/energy-for-all2030-mep>

<sup>37</sup> Nussbaumer, P, Bazilian, M, Modi, V e Yumkella, K (2011) *Measuring Energy Poverty* [Medir a Pobreza Energética], OPHI Working Paper 42, University of Oxford

## 5 A PROPOSTA DA SAVE THE CHILDREN PARA UM QUADRO DE TRABALHO APÓS 2015

<sup>1</sup> A medida preferida no Reino Unido para a pobreza infantil relativa refere-se a viver em agregados familiares com menos de 60% da mediana do rendimento nacional; mas os Boletins do Innocenti Research Centre da UNICEF utilizaram 50% do valor médio do rendimento nacional para comparação internacional.

<sup>2</sup> É este o rácio identificado pelo economista Gabriel Palma como refletindo a maioria das variações de desigualdade entre países: ver Palma, J G (2011) 'Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the 'inverted-U': It's all about the share of the rich' [Médios homogêneos vs. Extremos heterogêneos, e o fim do 'U-invertido': Tem tudo a ver com a partilha dos ricos], *Development and Change* 42:1, pp.87–153: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-7660.2011.01694.x/abstract>.

<sup>3</sup> Fora de qualquer tipo de família biológica ou situação de cuidados familiares alternativos

<sup>4</sup> Pode ser medido através do Open Budget Index (International Budget Partnership) ou semelhante

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, a proposta de relatórios empresariais da Aviva na Rio+20

<sup>6</sup> Medido pelo indicador de Dados dos Direitos Humanos de Cingranelli-Richards (CIRI) ou semelhante

<sup>7</sup> Medido pelo indicador de Dados dos Direitos Humanos de Cingranelli-Richards (CIRI) ou semelhante

<sup>8</sup> Medido pelo sub-indicador do World Justice Project Rule of Law Index sobre o direito de petição ao governo e de participação pública ou semelhante

<sup>9</sup> Medido pelo World Justice Project Rule of Law Index ou semelhante

<sup>10</sup> Baseado no Worldwide Governance Indicator (WGI) sobre eficácia governativa, do Banco Mundial ou semelhante

<sup>11</sup> Medido pelo Transparency International's Corruption Perceptions Index ou semelhante

<sup>12</sup> Ver, por exemplo, o trabalho da iniciativa South-South Sharing of Successful Tax Practices [Partilha Sul-Sul de Práticas Fiscais Bem Sucedidas], S4TP, que se formou no início de 2008 através da parceria da Special Unit for South-South Cooperation [Unidade Especial para a Cooperação Sul-Sul], uma unidade do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Financing for Development Office [Escritório do Financiamento para o Desenvolvimento] do UN Department of Economic and Social Affairs (UNDESA), New Rules for Global Finance and the Tax Justice Network [Novas Regras para a Finança Global e a Rede de Justiça Fiscal]: <http://new-rules.org/what-we-do/south-south-sharing-of-successful-tax-practices-s4tp>; e o trabalho do High Level Panel on Illicit Financial Flows from Africa [Painel de Alto Nível sobre Fluxos Financeiros Ilícitos oriundos de África], que foi estabelecido pela resolução da Conference of African Ministers of Finance, Planning and Economic Development [Conferência de Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico] em 2011 e convocada pela União Africana e pela Economic Commission for Africa [Comissão Económica para África]: <http://new.uneca.org/TabId/3018/Default.aspx?ArticleId=1671>

<sup>13</sup> Em linha com as recomendações e instrumentos de todas as principais entidades e processos internacionais e multilaterais sobre transparência fiscal, anti-branqueamento de capitais e financiamento de contraterrorismo, incluindo o GAFI e a OCDE.

<sup>14</sup> Para além de serem indicadores valiosos do sucesso de um ambiente mais cooperativo para partilha de informação internacional, uma quantidade substancial de investigação realça a importância de um sistema fiscal eficaz na criação de um estado responsável e representativo, com capacidade para apoiar o desenvolvimento humano; ver, por exemplo, os inquéritos recentes de Broms, R (2011) 'Taxation and government quality: The size, the shape, or just Europe 300 years ago?' [Qualidade do sistema fiscal e do governo: O tamanho, a forma ou apenas Europa há 300 anos?], *Quality of Government Institute (University of Gothenburg) Working Paper 2011/16*: [http://www.qog.pol.gu.se/digitalAssets/1357/1357842\\_2011\\_16\\_broms.pdf](http://www.qog.pol.gu.se/digitalAssets/1357/1357842_2011_16_broms.pdf); e di John, J (2010) 'Taxation, resource mobilisation and state performance' [Sistema fiscal, mobilização de recursos e desempenho estatal], *DFID/LSE Crisis States Research Centre Working Paper 84*: <http://eprints.soas.ac.uk/11785/1/WVP84.2.pdf>

<sup>15</sup> Como consta no prazo a 10 anos dos programas sobre padrões de consumo e produção sustentáveis: [https://rio20.un.org/sites/rio20.un.org/files/a-conf.216-5\\_english.pdf](https://rio20.un.org/sites/rio20.un.org/files/a-conf.216-5_english.pdf)

<sup>16</sup> Ver OMS (2006) *Preventing Disease through Healthy Environments: Towards an estimate of the environmental burden of disease* [Prevenir Doenças através de Ambientes Saudáveis: Para uma estimativa do peso ambiental da doença]

## 6 CONCLUSÃO

<sup>1</sup> Discurso proferido por Nelson Mandela, em Trafalgar Square, Londres, a 3 de fevereiro de 2005. Texto completo: [http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk\\_politics/4232603.stm](http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk_politics/4232603.stm)

# ACABAR COM A **POBREZA** NA NOSSA GERAÇÃO

A visão da Save the Children para um quadro de trabalho após 2015

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – um dos acordos mais unificadores e com maior eco na história política – atingem um ponto de viragem em 2015, o prazo limite para a sua concretização.

Temos de usar de toda a nossa força para os alcançar. Mas também precisamos de chegar a um acordo sobre o caminho a seguir quanto ao trabalho que ficará por realizar.

Este relatório expõe a visão da Save the Children para um novo quadro de desenvolvimento – consistindo em dez objetivos, a que se juntam metas e indicadores – que apoiará a criação de um mundo em que toda a gente em toda a parte realize os seus direitos humanos no espaço de uma geração.

Ao reconhecermos que a consulta global ainda está em curso e que falta ainda ouvir muitas vozes, não apresentamos este relatório como uma posição final. Em vez disso, trata-se de um indicador das nossas prioridades e – esperamos nós – um contributo para o processo de cristalização de uma solução eventual.

[savethechildren.org.uk](http://savethechildren.org.uk)



**Save the Children**